



Universidades Lusíada

Lopes, Joana Patrícia Correia

Personalidade em perpetradores de crimes no distrito judicial do Porto

<http://hdl.handle.net/11067/4414>

Metadados

Data de Publicação	2018
Resumo	<p>Resumo: O Modelo Psicobiológico da Personalidade desenvolvido por Robert Cloninger é o modelo de descrição da estrutura da personalidade mais atual, e tem-se revelado um bom preditor de vários tipos de comportamentos, dos normativos aos patológicos e/ou desviantes. Devido à relevância da compreensão das características de personalidade em indivíduos perpetradores de crime, este estudo teve como objetivo descrever as características de personalidade de indivíduos perpetradores dos tipos de crimes...</p> <p>Abstract: The Psychobiological Model of Personality developed by Robert Cloninger is the most modern description of the structure of the personality, and has been a good predictor of various types of behavior, from normative to pathological and / or deviant. Due to the relevance of the understanding of personality traits in criminal perpetrators, this study aimed to describe the personality characteristics of individuals portrayed in the most common types of crime and who are detained in the p...</p>
Palavras Chave	Psicologia, Psicologia clínica, Avaliação psicológica, Teste Psicológico - Inventário do Temperamento e Carácter (TCI-R), Avaliação da Personalidade, Comportamento criminal
Tipo	masterThesis
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULP-IPCE] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-09-21T07:23:53Z com informação proveniente do Repositório

PERSONALIDADE EM PERPETRADORES DE CRIMES
NO DISTRITO JUDICIAL DO PORTO

Dissertação
para a obtenção
do Grau de Mestre em:
Psicologia Clínica



**PERSONALIDADE EM PERPETRADORES DE CRIMES
NO DISTRITO JUDICIAL DO PORTO**

Joana Patrícia Correia Lopes

PORTO 2018



**Instituto de Psicologia
e Ciências da Educação**
Universidade Lusíada - Norte (Porto)



Joana Patrícia Correia Lopes



**Instituto de Psicologia
e Ciências da Educação**
Universidade Lusíada - Norte (Porto)

Dissertação
para a obtenção
do Grau de Mestre em:
Psicologia Clínica



**PERSONALIDADE EM PERPETRADORES DE CRIMES
NO DISTRITO JUDICIAL DO PORTO**

Joana Patrícia Correia Lopes

PORTO 2018

ORIENTAÇÃO:
Prof. Doutor Paulo Moreira



**Instituto de Psicologia
e Ciências da Educação**
Universidade Lusíada - Norte (Porto)



PANTONE 151 C

C: 0

M: 48

Y: 95

K: 0

Joana Patrícia Correia Lopes

Personalidade de Perpetradores de Crimes no Distrito Judicial do Porto

Projeto de Dissertação

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade Lusíada do Norte (Porto) para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica.

Orientador: Prof. Doutor Paulo Moreira

Porto

2018

*“Ou somos criadores ou somos nada...
A prisão afunda a pessoa ou refunda a pessoa?
O que vale a pena saber?
Quem sou eu visto por mim mesmo?
É possível definir-me numa frase?
É o dia que se cumpre ou a noite que se celebra?
O que é mais forte para si, a dívida ou a crença?
As mulheres amparam os fracos ou recompensam os fortes?
Somos o que de nós fizeram ou somos o que de nós fazemos?”*

(Autor Anónimo - Frase escrita numa das paredes da escola do EP Vale do Sousa)

Agradecimentos

Finalmente o fim! O fim de uma etapa que tanto ansiava! O fim do Mestrado em Psicologia Clínica, mas tudo isto não seria possível sem a presença e a ajuda de algumas pessoas, por isso aqui fica o meu agradecimento a cada uma delas, que me acompanharam e, sobretudo, apoiaram esta jornada.

Ao meu pai, por todo o amor e apoio incondicional dado ao longo destes anos. Obrigada por ajudares a que todos os dias seja uma pessoa melhor! Por acreditares e nunca me deixares desistir de mim nem dos meus sonhos! Obrigada pela disponibilidade e prontidão para me ajudares sempre que necessitei!

À minha mãe, por todo o amor, compreensão e paciência para ouvir as minhas inseguranças e desabafos! Obrigada por acreditares e ajudares a que diariamente seja sempre mais e melhor! Obrigada por me dares força e ajuda para que esta etapa tenha chegado ao fim!

Ao Professor Doutor Paulo Moreira, que me deixou embarcar nesta aventura com ele! Obrigada por todos os conselhos, por todas as “dores de cabeça”, pela confiança que depositou em mim ao longo de todo o projeto! Por me ter deixado realizar o meu sonho académico!

À Professora Doutora Olga Cunha pelo apoio incondicional e por toda a paciência que teve comigo nos últimos meses. Por não hesitar em “me dar a mão” neste projeto e pela disponibilidade e prontidão que sempre demonstrou para me ajudar quando tudo parecia perdido!

À Professora Doutora Joana Oliveira, pelo apoio nesta luta diária e por todo o tempo dispensado apesar de não ter a “obrigação” de o fazer. Por me incentivar todos os dias a batalhar e tentar chegar mais longe nos diversos campos da vida!

A todas as direções e membros dos EP's que permitiram e contribuíram para que este estudo fosse possível!

Às minhas colegas de estágio e aos meus colegas de curso, em especial ao José, que me ajudaram na recolha e introdução dos dados, abdicando do seu tempo para que eu conseguisse atingir os objetivos que estipulei.

À minha amiga e colega Núria, com quem partilhei as angústias e receios que fui sentindo na elaboração desta tese. Obrigada pelas horas de trabalho mas também de sorrisos e partilha! Contigo também cresci, quer a nível pessoal, quer a nível profissional!

Ao Carlos Carvalho, que ao longo destes dez meses me transmitiu a força e a motivação que eu precisava para chegar ao fim desta etapa! Obrigada por acreditares em mim e nas minhas capacidades!

Por último, aos restantes elementos da minha família e aos meus amigos, que me acompanharam neste longo percurso e que, direta ou indiretamente, foram fontes de energia e força para que tudo isto fosse possível!

Resumo

O Modelo Psicobiológico da Personalidade desenvolvido por Robert Cloninger é o modelo de descrição da estrutura da personalidade mais atual, e tem-se revelado um bom preditor de vários tipos de comportamentos, dos normativos aos patológicos e/ou desviantes. Devido à relevância da compreensão das características de personalidade em indivíduos perpetradores de crime, este estudo teve como objetivo descrever as características de personalidade de indivíduos perpetradores dos tipos de crimes mais comuns e que se encontram detidos no sistema prisional. Foram inquiridos 278 indivíduos do sexo masculino (com idades compreendidas entre os 18 e os 70 anos), reclusos nos estabelecimentos prisionais do Distrito Judicial do Porto. Para o presente estudo utilizou-se a versão Portuguesa do Inventário do Caráter e Temperamento – Revisto (TCI-R) desenvolvido por Robert Cloninger (versão Portuguesa de Moreira, 2008; Moreira et al., 2017) e o Questionário Sociodemográfico e Jurídico-Penal (adaptado de Matos em 2006). Foram analisadas três categorias de crime (as mais frequentes na amostra inquirida), nomeadamente, “Crimes contra Pessoas”, “Crimes contra o Património” e “Crimes Relativos a Estupefacientes”. Após a realização de análises inferenciais, concluiu-se que apenas existem diferenças estatisticamente significativas na dimensão Autotranscendência (ST) e nas subdimensões Timidez (HA3), Identificação Transpessoal (ST2) e Espiritualidade (ST3). Estes resultados indicam que o grupo de indivíduos detidos por “Crimes contra Pessoas” apresentam uma predisposição biológica para a timidez e uma ligação (forte) com o universo e com influências espirituais, estatisticamente mais significativas do que as manifestadas nos restantes grupos.

Palavras-Chave: Personalidade, Modelo Psicobiológico da Personalidade, Estabelecimentos Prisionais, Distrito Judicial do Porto, Crimes, Perpetradores de Crimes

Abstract

The Psychobiological Model of Personality developed by Robert Cloninger is the most modern description of the structure of the personality, and has been a good predictor of various types of behavior, from normative to pathological and / or deviant. Due to the relevance of the understanding of personality traits in criminal perpetrators, this study aimed to describe the personality characteristics of individuals portrayed in the most common types of crime and who are detained in the prison system. 278 male subjects were surveyed (between the ages of 18 and 70), held in the prisons of the Judicial District of Porto. For the present study, the Portuguese version of the Temperament and Character Inventory - Revised (TCI-R) developed by Robert Cloninger (Portuguese version of Moreira, 2008, Moreira et al., 2017) and the Sociodemographic and Juridical Questionnaire (adapted by Matos in 2006). Three categories of crime were analyzed (the most frequent in the sample surveyed), namely "Crimes against People", "Crimes against Heritage" and "Crimes Relative to Storms". After conducting inferential analyzes, it was concluded that there are only statistically significant differences in the dimension Self-Transcendence (ST) and in the sub-dimensions Shyness (HA3), Transpersonal Identification (ST2) and Spirituality (ST3). These results indicate that the group of individuals held for "Crimes against Persons" have a biological predisposition for shyness and a (strong) connection with the universe and with spiritual influences, statistically more significant than those in the other groups.

Keywords: Personality, Psychobiological Model of Personality, Prisons, Judicial District of Porto, Crimes, Crime Perpetrators

Abreviaturas

EPQ - *Eysenck Personality Questionnaire*

NS - Procura de Novidade

HA - Evitamento de Perigo

RD - Dependência de Recompensa

TPQ - Questionário da Personalidade Tridimensional

PS- Persistência

SD - Autodiretividade

CO - Cooperação

ST - Autotranscendência

NS1 – Excitabilidade Exploratória

NS2 - Impulsividade

NS3 - Extravagância

NS4 - Desordem

HA1 - Ansiedade Antecipatória

HA2 - Medo da Incerteza

HA3 - Timidez

HA4 - Fadiga

RD1 - Sentimentalismo

RD2 - Abertura à Comunicação

RD3 - Apego

RD4 - Dependência

PS1 – Resistência ao esforço

Personalidade em Perpetradores de Crimes no Distrito Judicial do Porto

PS2 - Trabalho

PS3 - Ambição

PS4 - Perfeccionismo

SD1 - Responsabilidade

SD2 - Propósito

SD3 - Recursos

SD4 - Auto-Aceitação

SD5 - Congruência

CO1 - Aceitação Social

CO2 - Empatia

CO3 - Altruísmo

CO4 - Compaixão

CO5 - Consciência

ST1 - Abstração

ST2 - Identificação Transpessoal

ST3 – Espiritualidade

E - Extroversão

N - Neuroticismo

N-Anx - Neuroticismo-Ansiedade

ImpSS - Procura de Sensações Impulsivas

Agg-Host - Agressividade-Hostilidade

Act - Atividade

Sy - Sociabilidade

PCL-R – *Checklist* de Psicopatia Revista

Personalidade em Perpetradores de Crimes no Distrito Judicial do Porto

SCID - *Strutured Clinical Interview*

DSM - Manual de Diagnóstico e Estatística de Perturbações Mentais

MMPI - *Minnesota Multiphasic Personality Inventory*

APD - Perturbação de Personalidade Antisocial

PTSD - Perturbação de Stress Pós-Traumático

DGRSP - Direcção Geral de Reinserção e dos Serviços Prisionais

EP - Estabelecimento Prisional

SCBM - Santa Cruz do Bispo Masculino

PF - Paços de Ferreira

VS - Vale do Sousa

World Health Organization Quality of Life – Bref - WHOQOL-Bref

Inventário de Sintomas Psicológicos - BSI

Positive and Negative Affect Schedule - PANAS

Funcionamento Familiar - Score 15

Statistical Package for Social Science - SPSS

Índice

1. Introdução.....	1
1.1 Personalidade e Comportamento Criminal.....	5
1.1.1 Modelo Psicobiológico da Personalidade	14
1.1.1.1. Dimensões do Temperamento.....	17
1.1.1.2. Dimensões do Caráter.....	20
1.1.1.3. Neuroanatomia.....	22
1.1.1.4. Estudos sobre a personalidade em populações prisionais..	25
1.2. Enquadramento Jurídico sobre os crimes em estudo.....	40
1.2.1. Crimes contra Pessoas.....	41
1.2.2. Crimes contra o Património.....	41
1.2.3. Crimes Contra a Vida em Sociedade.....	42
1.2.4. Crimes Contra o Estado.....	42
1.2.5. Crimes Relativos à Legislação Complementar.....	43
1.3. Objetivo e Hipóteses.....	44
2. Metodologia.....	45
2.1. Participantes.....	45
2.2. Instrumentos.....	49
2.3. Procedimentos.....	50
2.3.1. Procedimentos de Recolha da Amostra.....	50
2.3.2. Procedimentos Estatísticos.....	51
3. Resultados.....	52
3.1. Diferenças entre Grupos.....	52
4. Análise e Discussão dos Resultados.....	57
5. Limitações.....	61
6. Conclusão.....	62
Referências Bibliográficas.....	64
Bibliografia Complementar.....	70

Índice de Tabelas

Tabela 1 - <i>Caraterização da Amostra (Estado Civil, Habilitações Literárias e Situação Jurídico-Penal)</i>	47
Tabela 2 - <i>Descrição de Frequências por Tipologia de Crime</i>	48
Tabela 3 - <i>Homogeneidade de Variâncias nas Dimensões do TCI-R</i>	53
Tabela 4 - <i>Diferenças de Médias com teste ANOVA entre as Dimensões do TCI-R nos Três Grupos de Crimes com Maior Frequência</i>	54
Tabela 5 - <i>Homogeneidade de Variâncias nas Subdimensões do TCI-R</i>	55
Tabela 6 - <i>Diferenças de Médias com teste ANOVA entre as Subdimensões do TCI-R nos Três Grupos de Crimes com Maior Frequência</i>	56

1.Introdução

Desde os tempos primórdios da humanidade, que a tendência natural do ser humano passa por descrever aqueles que o rodeiam englobando os comportamentos, emoções, reações e atitudes, criando diferentes classificações para o conceito que hoje se conhece como personalidade. Para se estabelecer um paralelismo entre o termo utilizado na antiguidade com aquele que hoje se entende por personalidade, é necessário recuar à sua origem (Hansenne, 2003). Segundo Hansenne (2003), personalidade tem origem na palavra latina *persona* que designava a máscara que os atores de teatro usavam para exprimir diferentes emoções e atitudes. O objetivo dos atores ao utilizarem estas máscaras, não simboliza um disfarce mas sim uma forma de o público descodificar as emoções/informações que estas transmitiam. Querendo com isto dizer, que as máscaras do teatro antigo, utilizadas pelos atores da época, veiculavam emoções e atitudes que, atualmente, se assemelham às características que se atribui à noção de personalidade (Hansenne, 2003).

Sintetizando a ideia do autor (Hansenne, 2003, p.22), *“na Antiguidade, persona tinha, portanto, um significado próximo daquilo que se designa, hoje em dia, por personalidade: as aptidões e as capacidades pessoais, o que nos distingue dos outros e o que convém a determinados comportamentos”*.

Com o nascimento da Psicologia, surgem novas explicações sobre a natureza humana, tornando-a mais clara e conseqüentemente menos ambígua utilizando linguagem científica e métodos mais específicos. Assim, o conceito de personalidade é alvo de diversas definições variando conforme o autor. Contudo, há algumas ideias que se encontram presentes em todos eles: a consistência, a causalidade interna e o caráter distintivo. A personalidade passa a ser caracterizada como uma estrutura unitária que pode ser descrita como um conjunto de processos organizados (cognitivos, afetivos, motivacionais e fisiológicos), relativamente estáveis, que concede ao indivíduo um caráter único, predizendo o seu comportamento. De forma mais ampla, é possível definir a personalidade como uma organização dinâmica e constante dos processos psicológicos que resulta da interação de diferentes componentes (cognitiva, afetiva, social e biológica), que está na base das respostas dos indivíduos a determinados estímulos. Esta organização começa nos primeiros anos de vida, pela componente biológica, que difere de indivíduo para indivíduo através da maturação biológica, originando processos biológicos que ao longo da vida, ao interagir com outros

processos, dão origem a processos psicológicos mais específicos, englobando as experiências de vida e as aprendizagens (Cloninger, 1999; Hall, Lindzey, & Campbell, 2000; Hansenne, 2003; Schultz, & Schultz, 2003).

De forma mais ampla, os autores que estudaram a personalidade defendem que as características comportamentais associadas à personalidade no adulto (de forma normativa ou psicopatológica) são observáveis desde a sua infância (Geiger, & Crick, 2001) e o termo “personalidade” propõe tipos de personalidade como categorias onde os indivíduos apresentam características semelhantes (Cloninger, 1999).

Ao longo dos tempos, vários autores desenvolveram teorias explicativas sobre a personalidade onde a correlacionam com a variável “comportamento”, concluindo que a personalidade é um preditor do comportamento. Por outras palavras, quase todas as teorias realçam que independentemente dos estímulos, estes geram comportamentos que tendem a manter-se ao longo do tempo, caracterizando o sujeito como uma identidade individual (Bazi, 2003). Assim, a análise da personalidade das pessoas deve ser feita a partir do comportamento das pessoas, apontando para traços (constantes ao longo do tempo) definidos como tendências de comportamento que caracterizam o indivíduo (Bazi, 2003).

Ao longo dos tempos, vários autores desenvolveram teorias explicativas sobre a personalidade, assim como quanto ao desenvolvimento de possíveis patologias. O impulsionador desta temática foi Sigmund Freud através da Psicanálise, seguindo-se a perspectiva neo-analítica defendida por Jung, Adler, Horney, Sullivan, Erikson e Fromm. Anos mais tarde, surge Rogers e Maslow como autores de teorias que seguem uma perspectiva humanista. Posteriormente, surgiu a perspectiva da aprendizagem, onde Skinner, Bandura e Rotter são os representantes principais desta perspectiva. Kelly, Mischel e Beck surgem com uma nova perspectiva. A perspectiva cognitiva que centra as suas abordagens na compreensão do que se passa no interior do indivíduo (surge uma nova visão sobre o conceito de personalidade) (Hansenne, 2003).

As teorias das disposições, surgem décadas mais tarde, defendidas por Allport, Cattell e Eysenck, e *“postulam que os indivíduos possuem predisposições (traços) para responderem de uma determinada maneira, em situações diversas, e que cada pessoa é única, em função dos seus traços de personalidade”* (Hansenne, 2003, p.193).

Hans Eysenck considerava que através da análise fatorial era possível descrever as dimensões da base da personalidade, nunca esquecendo que os fatores hereditários

desempenhavam um papel importante na definição da mesma. O principal aspeto da teoria deste autor remete para a organização hierárquica da personalidade, dividindo-a em quatro níveis: os tipos, os traços, as respostas habituais e as respostas específicas. “*Os traços são construções teóricas baseadas em correlações entre respostas habituais dos indivíduos. (...) São agrupados em tipos, ou superfatores. (...) Trata-se de E para a dimensão extroversão-introversão; N para a dimensão neuroticismo-estabilidade emocional; P para a dimensão psicoticismo-força do EU*” (Hansenne, 2003, p.204). Por sua vez, estes traços são compostos por respostas habituais (comportamentos habituais em determinadas situações) e específicas (respostas ocasionais desencadeadas em situações particulares. Adicionalmente, Eysenck (1953, 1990 citado por Hansenne, 2003) refere que apesar das dimensões da personalidade serem influenciadas por fatores hereditários, estas mantinham uma relação direta com os sistemas psicobiológicos. Ao longo da sua carreira, Eysenck foi autor ou co-autor de diferentes testes de personalidade, entre eles, o *Eysenck Personality Questionnaire* (EPQ). Devido ao crescente aumento do interesse nesta área e conseqüentemente dos estudos desenvolvidos, surgiram testes de medidas quantitativas (p.e. NEO-PIR, MMPI, 16PF), que permitem uma descrição mais precisa da personalidade, uma vez que cada traço, avaliado e pontuado, diz respeito a um conjunto de características (Gleitman, Fridlund, & Reisberg, 2011; Jones, Lynam, & Miller, 2011).

A perspectiva psicobiológica surge em último lugar (a perspectiva mais atual no que diz respeito aos estudos da personalidade), apresentando algumas similitudes com os conceitos referidos pelos modelos anteriores, mas passa a considerar as diferentes componentes como partes integrantes de um todo, a personalidade. Esta perspectiva apresenta como representantes Gray, Tellegen, Zuckerman e Cloninger. Desta perspectiva destacam-se Zuckerman e Robert Cloninger. O modelo do primeiro autor comporta diferentes versões, sendo que é comum a todas que as regulações monoaminérgica e hormonal desempenham um papel importante na personalidade, realçando as atividades serotoninérgicas (relacionado com a inibição comportamental), o sistema noradrenérgico (associado aos comportamentos de alerta) e do sistema dopaminérgico (interligado com os comportamentos de aproximação, procura de sensações e de sociabilidade) (Hansenne, 2003). Nesse sentido, “*os comportamentos de aproximação e de inibição são incompatíveis, ainda que a atividade serotoninérgica iniba as atividades dopaminérgica e noradrenérgica*” (Hansenne, 2003, p.219).

Robert Cloninger desenvolveu um modelo mais atual sobre a personalidade, denominado Modelo Psicobiológico da Personalidade (o modelo central do presente estudo, analisado de forma mais detalhada posteriormente – subcapítulo 1.1.1.). Este modelo baseia-se numa perspetiva holística do desenvolvimento da personalidade, abrangendo a vertente biológica, social e psicológica da vida do sujeito. Por outras palavras, este autor considera que a personalidade está em constante desenvolvimento atingindo um nível de maturação na idade adulta. O indivíduo apresenta traços de personalidade (características duráveis) e é através da interação destes com o meio ambiente que ocorre o desenvolvimento, normativo ou patológico, da personalidade (Hansenne, 2003).

Nesse sentido, explicar as componentes da personalidade, quer a parte biológica quer a interação com o meio, permite compreender de que forma é que a personalidade se tem revelado um bom preditor de vários tipos de comportamentos, dos normativos aos patológicos e/ou desviantes. Ao longo dos anos, esta relação/associação foi explorada por diversos autores, em investigações com construtos teóricos diferentes. Esta dissertação surge com o objetivo de descrever quais as diferenças nas características de personalidade predominantes em indivíduos perpetradores de crimes. Por outras palavras, esta investigação aborda a personalidade como um processo holístico, composto por três aspetos (biológico, psicológico e social), com indivíduos com condutas comportamentais desviantes.

A presente dissertação encontra-se organizada em duas partes, uma primeira parte, que diz respeito à revisão da literatura sobre a personalidade e o comportamento criminal (abordando o modelo Psicobiológico da Personalidade) e uma segunda parte, que apresenta o estudo empírico realizado.

A primeira parte está dividida em três subcapítulos, o primeiro aborda a relação entre personalidade e o comportamento criminal, descrevendo o modelo utilizado nesta investigação (detalhando as dimensões da personalidade segundo o modelo) e os estudos referentes à personalidade em populações prisionais. O segundo subcapítulo aborda o enquadramento jurídico dos crimes pelos quais os indivíduos inquiridos estão a cumprir medidas privativas de liberdade. E, por último, o terceiro subcapítulo refere o objetivo, a questão da investigação e as hipóteses criadas da presente investigação.

A segunda parte descreve o estudo empírico realizado, utilizando uma metodologia quantitativa. É feita uma descrição dos participantes e dos instrumentos utilizados, assim como dos procedimentos adotados. Posteriormente os resultados obtidos nesta investigação são analisados, refletindo quais os contributos do estudo para a prática no âmbito do comportamento desviante.

1.1. Personalidade e Comportamento Criminal

Tal como na personalidade, o comportamento pode ser considerado normativo ou fora da norma/desviante. Como referido anteriormente, a personalidade é um preditor do comportamento, pelo que para uma análise completa é necessário um conhecimento mais aprofundado sobre a temática. Nesse sentido, para compreender o comportamento da população central deste estudo (comportamento desviante/criminal), é necessário conhecer todas as variáveis envolventes. Fazer um balanço do percurso histórico sobre a forma como o comportamento criminal foi encarado ao longo dos anos torna-se indispensável.

Em termos históricos, os primeiros passos dados relativos ao conceito de personalidade criminal surgem no início do século XIX, através da Psiquiatria (ou medicina mental, como era denominada na época). Foi um momento histórico de “afirmação” e debate em torno de duas ideias, o louco/alienado e o criminoso. Anos mais tarde, surge com a grande conceção da psiquiatria - “monomania homicida” - em que a única manifestação de loucura era evidenciada por uma “desordem moral”, sustentada pela prática de crimes. Com a introdução crescente dos conceitos da psiquiatria no domínio penal, há a necessidade de compreender a natureza do criminoso, assim como, de compreender a intervenção na “defesa social” (1889), com a noção de *responsabilidade* a desaparecer para surgir o conceito de *perigosidade*, destacando a defesa da sociedade acima da punição do criminoso (Manita, 1997).

Tulkens e Digneffe (1981 citado por Manita, 1997) explicam esta evolução de forma clara e sintética, através de uma equação que inicialmente era “infração = responsabilidade = sanção” para a equação “risco social = perigosidade = medidas de segurança”, resultado das teses do “Movimento de Defesa Social” com o apoio crescente dos estudos da “escola positivista”. Assim, mais do que o ato em si (o crime), importa compreender a natureza do criminoso e adequar a sua pena às suas

características pessoais, sobretudo quando se verifica que o indivíduo pode “recuperar”, orientando-se por dois vetores (1) a defesa social/proteção e (2) a prevenção/recuperação do indivíduo delinquente.

Por outras palavras, para a determinação da pena é necessário conhecer o criminoso e a sua natureza, mas também, aceder ao motivo, compreender o sentido que o levou ao ato, estabelecendo uma relação psicológica entre o ator e o ato (Foucault, 1981 citado por Manita, 1997). Torna-se assim evidente, a necessidade de compreender a variação do comportamento criminoso e delinquente (Andrews, & Bonta, 2010) com base na personalidade dos indivíduos.

Nunes (2010), também destaca a importância da personalidade do agressor para a forma como as penas são aplicadas, nomeadamente a medida a ser aplicada, se existem medidas alternativas à prisão e, por último, o período de tempo a que está sujeito a cumprir pena (podendo ser suspensa ou efetiva). *“O conhecimento da personalidade do arguido passou a ser, assim, um dos vetores indispensáveis à aplicação do sistema penal, quer para a criminalização, quer quanto à graduação das penas, quer quanto à definição dos índices de perigosidade do agente”* (Barreiros, 1992, p. 52 citado por Agulhas, & Anciães, 2015, p. 41).

Para isso, é essencial partir da premissa de que *“as pessoas diferem acentuadamente umas das outras na sua visão da vida, na maneira como interpretam as suas experiências e nas suas respostas emocionais e comportamentais a essas mesmas experiências”* (Cloninger, & Svrakic, 2016, p.538). Essas diferenças de perspectiva, pensamentos, emoções e ações são características da personalidade de um indivíduo.

Para ser possível a descodificação (entenda-se como “decifrar”) do comportamento criminal/delinquente/desviante, a personalidade do indivíduo deve ser alvo de avaliação, englobando estes pontos: os contornos da estrutura de personalidade, o modo de funcionamento nos diversos contextos onde estão inseridos, os mecanismos de defesa que utiliza, a sua capacidade de autocontrolo perante situações que lhe causem desconforto, a capacidade de integração/adaptação social e relacional, assim como, a capacidade de interiorizar e cumprir as normas e valores sociais do meio onde está inserido (Agulhas, & Anciães, 2015). Por outras palavras, é necessário compreender o funcionamento do indivíduo e o que está subjacente *“ (...) para os factos alegados praticados. Trata-se, nas palavras de Silva (1993), “de descodificar um ato, situado*

num contexto sociocultural e civilizacional e numa história de vida” (Agulhas, & Anciães, 2015, p.41).

Desde muito cedo, que surgem teorias biológicas para explicar o comportamento criminal, recuando há época de Aristóteles que defendia que *“o comportamento se relacionava com a personalidade que, por seu turno, era determinada pela forma da caixa craniana”* (Nunes, 2010, p.41). Mas, é a partir do século XIX que surgem perspectivas mais elaboradas, tendo como base, a ideia de que o comportamento está biologicamente determinado. Lombroso surge com uma perspectiva antropológica baseada numa visão determinista e de cariz essencialmente biológico, defendendo a existência de uma relação entre a ação criminal e os traços anatomofisiológicos. O autor, através de diversas autópsias a criminosos e na análise de mais de seis mil delinquentes vivos, procurava a existência de particularidades físicas (faciais e cranianas) e psicológicas, como justificação para o comportamento fora da norma, anulando qualquer responsabilidade do indivíduo nos seus atos (Nunes, 2010, p.25).

A visão de Lombroso enquadra-se no paradigma positivista, que afirma existirem diferenças entre indivíduos não ofensores e indivíduos perpetradores de crimes. Estes últimos, segundo os estudos desenvolvidos por este autor, apresentam crânios mais pequenos e mais deformados, estatura alta, peso inferior à média e barba fina. São propensos a terem narizes desviados, orelhas grandes, maxilares salientes e pele, olhos e cabelos escuros. Estes sujeitos são incapazes de sentir dor, o que pode explicar o motivo pelo qual os criminosos raramente apresentam remorso pelos crimes cometidos. Adicionalmente, esta teoria refere que estes sujeitos são incapazes de controlar as emoções e manifestam frequentemente problemas associados ao álcool e ao jogo (Lombroso, 2010). Lombroso considera ainda a existência de dois tipos de criminosos, o criminoso ocasional (indivíduo normal que comete um crime sob influência de causas diversas, num espaço físico e temporal propício) e o criminoso nato (a grande maioria dos ofensores segundo o autor que classifica como criminosos instintivos, cujo o crime é resultado da própria organização biológica) (Manita, 1997).

Ao longo dos anos, os estudos que abordavam a influência da genética sobre o comportamento, mais particularmente, na possibilidade de um indivíduo ser capaz de praticar atos/comportamentos criminosos foram corroborados. De facto, existem estudos que se centram na análise entre irmãos gémeos, que indicam que apesar de terem as mesmas características físicas, uma educação muito semelhante e a mesma

hereditariedade criminal, podem desenvolver similaridades comportamentais, como também podem desenvolver condutas opostas (Nunes, 2010).

Apesar disso, através da literatura é possível comprovar que o cérebro influencia o comportamento, podendo originar condutas delinquentes/criminosas, caso haja lesões ao nível cerebral ou anomalias cromossômicas. A área do córtex pré-frontal desempenha um papel importante no controlo emocional, que pode ser caracterizada como a área “ (...) *que recebe informação de diferentes modalidades sensoriais e cognitivas e que, com base na informação que tem à sua disposição, faz a coordenação de respostas e comportamentos ambientalmente adaptados* (Seruca, 2013, p.1)

Um dos aspetos que surge alterado após lesões do pré-frontal é a personalidade do indivíduo (Seruca, 2013). Passa a existir “*um comportamento caracterizado por comportamentos impulsivos, com desrespeito pelas normas e leis, pontuado por algumas ocorrências de ações agressivas, e com frequentes envolvimento em atividades criminais ou antissociais*” (Seruca, 2013, p.1). Nos últimos anos, as alterações comportamentais têm sido associadas a alterações do córtex frontal e pré-frontal, uma vez que são as áreas responsáveis pela adequação social, agressividade, impulsividade e organização temporal do comportamento. A prova física de que estas alterações acontecem, remete para a experiência realizada por Damásio em 1994, que ajudou na recuperação de um indivíduo com “ (...) *alteração profunda da personalidade e do comportamento após uma lesão pré-frontal traumática*” (Seruca, 2013, p.1). Ou seja, uma lesão nesta área “ (...) *provoca comportamentos imaturos, desinibidos, irresponsáveis e de alto risco que, frequentemente, acarretam problemas legais*” (Seruca, 2013, p.3).

As atividades criminais, muitas vezes, conseqüentes dos comportamentos antissociais iniciam-se na infância e na adolescência, podendo persistir na idade adulta e caracterizam-se como “ (...) *padrões de conduta intencionais que resultam na agressão física, na agressão relacional ou na violação de normas legal ou moralmente estabelecidas pelo grupo social no qual o indivíduo está inserido*” (Nardi, Filho, & Dell’Aglia, 2016, p.63).

Apesar de se verificar “ (...) *que há uma relação entre perturbações neuronais pré-frontais específicas e a manifestação de comportamentos agressivos, impulsivos e antissociais*” (Seruca, 2013, p.4), existem outros estudos que chamam a atenção para outros fatores orgânicos que podem justificar os aumentos pulsionais agressivos. Nomeadamente, alguns estudos referem que os elevados níveis de testosterona podem

potenciar a execução de comportamentos violentos, nomeadamente traços de elevada agressividade (Nunes, 2010). Outros estudos, indicam que os baixos níveis de serotonina e elevados níveis de norepinefrina também podem estar associados à manifestação de comportamentos criminosos. Gonçalves (2008) refere ainda que os psicopatas não apresentam aumentos significativos de noradrenalina e de adrenalina, quando expostos a situações de *stress* como é habitual acontecer. Verifica-se, assim, uma descarga através da enervação simpática do sistema nervoso autónomo, levando à ocorrência de alterações psicofisiológicas, que são repostas pelo sistema parassimpático do sistema nervoso autónomo (Nunes, 2010).

Adicionalmente, outras investigações centraram-se no sistema límbico que está associado à desinibição comportamental e na manifestação de violência, mas devido à escassez de casos de conduta delinvente associados a este sistema, não foi possível criar uma explicação generalizada (Nunes, 2010).

Apesar de haver casos de criminalidade justificáveis pela componente biológica, há outros casos que não existe esta componente, o que implica a análise de “ (...) *outros fatores influentes, nomeadamente, fatores protectores biológicos e/ou ambientais, que estarão também em jogo nas manifestações comportamentais das pessoas (Rafter, 2008)* ” (Nunes, 2010, p.53).

Nesse sentido, é importante considerar as consistências das condutas dos indivíduos, comumente definidas como “características psicológicas”, uma vez que dizem respeito à forma de pensar, sentir e atuar com as outras pessoas, tendendo a ser estáveis. Bazi (2003), a partir da perspectiva da teoria dos traços, destaca a existência de duas dimensões, sendo que uma é variável e outra constante nas condutas dos sujeitos. Por outras palavras, a parte constante remete para o traço (mantêm-se ao longo do tempo) e o estado, remete para a parte variável, em que devido a determinados fatores e situações, o indivíduo altera. Admite-se ainda que, um estado agravado da dimensão “estado” pode levar a uma sintomatologia que pode levar à manifestação de comportamentos criminosos.

As dimensões básicas da personalidade podem explicar certos comportamentos de risco que os indivíduos executam, uma vez que, de alguma forma, podem estar associados à estrutura psicológica do indivíduo. Na sequência disso, destacam-se três componentes: estrutura psicótica, a neurótica e a *boderline*. Estas estruturas surgem

inicialmente com os estudos desenvolvidos por Freud, mas é relevante destacar que a distinção entre as estruturas remete para a angústia (Pocinho, 2014).

Mais detalhadamente, os indivíduos com a estrutura psicótica predominante manifestam distorções relacionais, levando a uma constante luta sobre a sua identidade e sobre o que sente. Direcionando para a perspectiva criminal, estes indivíduos manifestam comportamentos desajustados, revelando um *modus operandi* desorganizado. Indivíduos com estrutura *boderline* vincada, vêm os outros através de si próprios (“Se eu estou feliz, porque é que ele(a) não está?”), ou seja, projetando os seus sentimentos através de identificações projetivas. São, ainda, consideradas pessoas sedutoras e manipuladoras, sendo o seu ponto fraco – a perda do objeto. “*A angústia de abandono, o medo da rejeição e a dificuldade de diferenciação entre os processos primários e secundários são a essência desta última perturbação*” (Pocinho, 2014, p.27). Já a estrutura neurótica é a mais evoluída, uma vez que tem a capacidade de se perceber a si e aos outros. Sentem a necessidade de ter tudo sobre o controlo e a culpa está implícita (“Porque é que fiz isto?”) (Pocinho, 2014).

Ao discriminar a vertente psicológica, é necessário explorar a possível associação entre aos comportamentos criminosos e as psicopatologias. Mais particularmente, a Esquizofrenia e a Perturbação de Personalidade, “*que age como forma impulsional da prática do crime*” (Nunes, 2009, p.154). “*Efetivamente, a associação entre o comportamento criminoso e a presença de psicopatologia verifica-se em certas situações em que a doença mental contribui clara e indubitavelmente para a execução de atos delituosos e até de crimes violentos*” (Nunes, 2010, p.60).

Quando se fala em psicopatologia, é importante discriminar a influência que esta pode ter, caso seja manifestada pelo próprio indivíduo ou caso seja manifestada pelos progenitores do indivíduo. A existência de psicopatologia nos pais pode influenciar o desenvolvimento de condutas criminosas por parte dos filhos, assim como pode contribuir, conseqüentemente, “ (...) *para a instalação de perturbações psicossociais na família, as quais, por sua vez, afetarão negativamente o desenvolvimento dos filhos, potenciando a emergência de comportamentos antissociais e até mesmo delituosos naqueles últimos*” (Nunes, 2010, p.61). No caso da doença mental estar presente no próprio indivíduo, “ (...) *algumas situações decorrem de problemas previamente existentes e que, não tendo sido atempadamente identificados e tratados, poderão ter evoluído para quadros psicopatológicos mais graves*” (Nunes, 2010, p.64). Ou seja, para avaliar o desenvolvimento de uma conduta criminosa, é

necessário dar atenção à infância, à adolescência e, conseqüente, formação e evolução da personalidade. Algumas das perturbações de comportamento manifestadas em idades precoces podem evoluir para quadros de difícil tratamento, como é o caso da psicopatia.

“ (...) *A psicopatia mais não é que a perturbação antissocial da personalidade, sendo uma das psicopatologias do adulto mais persistentemente associadas à prática criminosa*” (Nunes, 2010, p.65). Esta perturbação tem início na infância ou na adolescência, com continuidade na idade adulta, caracterizada por um padrão de comportamento violador dos direitos dos outros. “ (...) *Pode considerar-se um conjunto de características emocionais, interpessoais e comportamentais, que leva a um funcionamento patológico, que acarreta uma desordem emocional catalisadora do risco para a ocorrência de comportamentos antissociais extremos*” (Nunes, 2010, p.66).

Apesar de uma das características principais desta patologia ser o comportamento antissocial, não se pode assumir que por um indivíduo ser diagnosticado com esta perturbação vá manifestar comportamentos criminosos na idade adulta. Por outras palavras, alguns problemas comportamentais nos jovens acabam por evoluir para psicopatias ou perturbações de personalidade, que estão muitas vezes associados à prática de crimes, mas uma situação não implica a concretização da outra (Nunes, 2010).

Neste sentido, o crime deve ser analisado de uma outra forma. Marques-Teixeira (2000, p.19) sugere que o crime deve ser “ (...) *considerado como uma manifestação da tendência antissocial, derivando da transgressão das normas jurídico-legais estabelecidas para uma determinada sociedade e numa determinada época*”. Sendo a tendência antissocial considerada como um traço comportamental relativamente estável, esta tende a assumir diferentes formas ao longo do desenvolvimento do indivíduo. Mais precocemente, estas tendências (de violações constantes dos direitos dos outros ou das normas sociais) são designadas de perturbações de conduta. Numa fase mais tardia do desenvolvimento do indivíduo, designam-se psicopatia, sociopatia e personalidade antissocial, que apresentam características comuns. Nomeadamente, (1) a insensibilidade extrema para com os outros, (2) a falta de um núcleo emocional, (3) historial de mentiras, (4) impulsividade e ausência de um planeamento de vida, (5) sentimentos de superioridade e (6) um estilo de vida parasita (Marques-Teixeira, 2000).

Em suma, Robins (1966; 1978, citado por Marques-Teixeira, 2000), demonstrou que grande parte dos indivíduos que manifestam comportamentos com tendências antissociais em adultos foram diagnosticados com uma perturbação de conduta na

infância ou na adolescência. Há ainda estudos que destacam a relevância da violência como aspeto particular do comportamento criminal. A agressão assume um papel de destaque, uma vez que causa danos ou ameaça física aos outros.

Para fazer uma análise mais correta da influência da vertente psicológica no comportamento (criminoso) do indivíduo é necessário compreender que esta relação não é linear, podendo caracterizar-se como bastante complexa. Nesse sentido McNeil, em 1997, discrimina alguns pontos que contribuem para a compreensão dos comportamentos violentos/delituoso/criminais, nomeadamente, (1) a existência de uma história prévia de violência (um dos maiores preditores), (2) o género (as mulheres com problemas psiquiátricos apresentam mais registos de comportamentos agressivos do que os homens), (3) ter sofrido ou presenciado atos de violência entre familiares na infância, (4) a raça, etnia e cultura (frequentemente associados a alguns preditores de comportamento violento em contextos de doenças mentais), (5) pobre suporte familiar e social, (6) ambientes hostis e conotados pela violência, (7) falta de alojamento e de bens de primeira necessidade e, por último, (8) o fácil acesso a armas e suas munições (potencia a prática de violência) (Nunes, 2010).

Mas apesar dos aspectos referidos anteriormente, é imprescindível considerar que outros fatores associados ao desenvolvimento do indivíduo, podem estar na génese da manifestação do comportamento criminoso. Particularmente, o processo de socialização e todos os elementos de cariz social podem ajudar na compreensão do comportamento.

O processo de socialização é inerente a qualquer indivíduo, uma vez que as sociedades onde os indivíduos estão inseridos desempenham um papel estrutural no auxílio ao processo de interiorização de padrões de pensamento e de conduta. Por outras palavras, este processo visa auxiliar no alcance do controlo de funções biológicas e sobre os impulsos, independentemente da sociedade em que está inserido, ajudando na interação com os outros. *“Trata-se de um processo muito complexo, afetado de uma multiplicidade de fatores de natureza familiar, escolar, social, económica e cultural, que passa pela ação e pela influência exercidas por diferentes instâncias, sobre aqueles que se encontram em pleno desenvolvimento”* (Nunes, 2010, p.127).

Da multiplicidade de fatores referida anteriormente, a família é a primeira instância socializadora, onde é esperado que seja transmitido ao indivíduo a diferença entre aquilo que é certo e que é errado. Os familiares são aqueles com quem o indivíduo

mantém o primeiro contacto e que auxiliam na formação do eu, e que de acordo com Velaz de Medrano (2002, citado por Nunes, 2010), se estas relações não forem satisfatórias e estimulantes, podem contribuir para o desenvolvimento progressivo de inadaptação, originando numa perturbação de comportamento/conduita. É ainda de realçar que, a qualidade da vinculação com as figuras parentais tem uma enorme influência nas restantes relações sociais, assim como na auto-imagem que o indivíduo cria de si próprio e que solidificará ao longo da vida (Machado, 2004 citado por Nunes, 2010). As “ (...) *características do ambiente familiar, a qualidade das relações interpessoais em outros contextos sociais também pode influenciar a manifestação de condutas desviantes em jovens* “ (Nardi et al., 2016, p.63).

Por outras palavras, existem determinados aspetos referentes ao ambiente familiar que influenciam o possível desenvolvimento de comportamentos antissociais nos jovens, nomeadamente, a baixa coesão familiar, a presença de conflitos e desafetos na família, eventos *stressores*, ambientes hostis e de violência (Nardi et al., 2016). Por isso, a qualidade das primeiras relações estabelecidas está fortemente associada ao processo de socialização e, conseqüentemente, à adaptação social. O futuro comportamento dos indivíduos, nomeadamente para a possível manifestação de condutas criminosas pode ter a sua origem nas fracas relações interpessoais que o indivíduo estabelece desde muito cedo, quer na família, quer na escola.

“*As causas sociais remetem para a influência do meio social criminal e delinquente no desenvolvimento de comportamentos marginais, e destacam a importância dos processos de socialização e aprendizagem social na proliferação da criminalidade*” (Seruca, 2013, p.4). Diversos estudos, revelam que um meio social ou familiar com tendências delinquentes pode influenciar fortemente o indivíduo na forma como este se desenvolve enquanto pessoa, bem como no sentido de desenvolver comportamentos de natureza criminal (Nunes, 2010; Seruca, 2013).

Nesse sentido, é perceptível que o desenvolvimento da personalidade não resulta apenas da influência de um fator. Ou seja, a personalidade não resulta apenas da componente biológica, nem tão pouco da ausência de adaptação/integração social, nem devido à componente psicológica. A personalidade do indivíduo deve ser interpretada como um resultado dinâmico que emerge da combinação de uma multiplicidade de fatores biológicos, sociais e psicológicos, evitando assim uma análise incompleta deste fenómeno (Seruca, 2013). Nesse sentido, é necessário perceber que o perpetrador de

crime é um indivíduo igual aos indivíduos ditos “normais”, diferenciando-se em certas características que facilitam a passagem ao ato. Por outras palavras, o criminoso é um indivíduo com uma história pessoal e todo um conjunto de processos (biológicos, sociais e psicológicos) que o levaram à criminalidade (Manita, 1997).

Para conhecer estes indivíduos é necessário aprofundar a sua personalidade criminal (Manita, 1997). Assim sendo, o modelo mais integrador e completo, e conseqüentemente, mais atual para explicar/explorar este fenómeno, é o modelo desenvolvido por Robert Cloninger. Este modelo descreve através de uma grelha a personalidade (do normativo ao patológico) como uma interação psicobiológica, que ajuda na compreensão do comportamento humano.

A perspetiva biopsicossocial é a mais completa para compreender o funcionamento do indivíduo como um todo, como parte integrante de um conjunto de componentes (biológica, a psicológica e a social) que influenciam o comportamento humano. É esta interação que ajuda na compreensão dos indivíduos que se encontram reclusos devido ao seu comportamento criminal. “ (...) *É impossível conceber a causalidade de um fenómeno tão complexo como o crime só através de uma ordem de fatores, sejam eles biológicos ou sociais, sem lhe acoplar a dimensão psicológica*” (Gonçalves, 2008, p.132).

1.1.1. Modelo Psicobiológico da Personalidade

“Cloninger começou o seu trabalho sobre a estrutura da personalidade por desenvolver um modelo geral para explicar as diferenças entre pacientes com perturbação de somatização e perturbação de ansiedade generalizada” (Kose, 2003, p.86). Observou o comportamento desses indivíduos e relacionou-o com os traços da personalidade. Estes estudos tinham como finalidade o desenvolvimento de um modelo generalista e integrador do substrato biológico, assim como da experiência e da aprendizagem sociocultural, aplicável aos dois tipos de personalidade (normativa e patológica), o Modelo Psicobiológico da Personalidade (Cloninger, Przybeck, & Svrakic, 1991; Kose, 2003).

Este modelo inicial descreve três dimensões centrais da personalidade, que são geneticamente independentes umas das outras, e denominam-se de Procura de Novidade (NS), Evitamento de Perigo (HA) e Dependência de Recompensa (RD). Cloninger desenvolveu um questionário de auto-resposta com 100 perguntas, ao qual chamou

Questionário da Personalidade Tridimensional (TPQ) (Cloninger, Svrakic, & Przybeck, 1993). Este questionário surge na sequência dos inúmeros estudos clínicos, neurobiológicos e genéticos que Cloninger desenvolveu até aos finais da década de 80, com o objetivo de descrever as tendências dos indivíduos para ativar, manter ou inibir determinados comportamentos. A estes comportamentos (ou dimensões fundamentais) estão associadas emoções básicas: cólera (à NS), o medo (ao HA) e o amor (à RD) (Cloninger et al., 1991; Cloninger et al., 1993; Svrakic, & Cloninger, 1991).

As três dimensões referidas, também são designadas como subníveis do temperamento, determinadas por fatores genéticos, mas também por influência de fatores de adaptação ao ambiente. Diversos estudos afirmam que a filogénese de todo o processo, nos animais, começa com a inibição de comportamentos (evitamento de perigo, aprendizagem não associativa), progredindo para a ativação de comportamentos (procura de novidade, aprendizagem associativa) e eventualmente existe a manutenção de comportamentos (dependência de recompensa, aprendizagem concetual) (Hansenne, 2003).

Anos mais tarde, o modelo inicial (TPQ) foi alterado, evoluindo para sete dimensões da personalidade (quatro dimensões no Temperamento e mais três no Carácter). Esta evolução tem na sua base uma síntese de informações sobre o desenvolvimento social e cognitivo, tornando-se mais alargado e conseqüentemente, mais abrangente com o intuito de melhorar o conhecimento sobre a personalidade e possíveis diagnósticos de perturbações (Cloninger et al., 1993). Com este modelo, a personalidade passa a ser considerada como uma organização dinâmica dos sistemas psicobiológicos que resulta das interações do indivíduo com o ambiente originando formas particulares de comportamento, atribuindo uma identidade ao indivíduo, tornando-o num ser único (Cloninger et al., 1993).

O modelo do Cloninger pode ser aplicado a personalidades ditas normais ou patológicas, podendo ser descritas quantitativamente com referência aos sistemas desadaptativos. Este autor sugere hipóteses-base para descrever a personalidade, nomeadamente, (1) o desenvolvimento da personalidade é considerado uma complexa auto-organização multidimensional, (2) a maioria das psicopatologias tem na sua base uma perturbação no desenvolvimento da personalidade e (3) as psicopatologias associadas à personalidade podem ser descritas através dos sistemas desadaptativos (Cloninger, Svrakic, & Svrakic, 1997). Assim, as características da personalidade são influenciadas pela genética e pelo ambiente onde os indivíduos estão inseridos

(Cloninger, 1994; Cloninger, 2000; Cloninger et al, 1997; Fruyt, Van De Wiele, & Van Heeringen, 2000; Kose, 2003).

Cloninger et al. (1997) definem personalidade como uma organização dinâmica com um sistema psicobiológico moldado pela adaptação a mudanças ambientais. Este sistema inclui a regulação emocional, cognitiva, controlo de impulsos e relações interpessoais.

A personalidade, para estes autores, é composta, por traços de temperamento e de caráter. O temperamento (ou o cerne emocional da personalidade) refere-se às respostas automáticas associadas ao estímulo emocional, que se regem por regras de associação ou por processos de aprendizagem de hábitos e competências. É, ainda, considerado a componente da personalidade que é herdada e que se manifesta ao longo da vida, através de respostas emocionais básicas, como o medo, a raiva e a força de vontade. Já o caráter (ou cerne concetual da personalidade) refere-se às diferenças individuais, englobando os valores e os objetivos de cada um, baseados nas conceções e intuições daquilo que o indivíduo quer ser e o que aprende sobre si próprio, sobre os outros e sobre os objetos. O caráter é moldado ao longo da vida conforme os relacionamentos e a aprendizagem que retira dos mesmos. Contrariamente ao temperamento, as dimensões do caráter podem sofrer alterações com a idade e maturidade. Em suma, o temperamento refere-se às predisposições emocionais, enquanto que o caráter diz respeito à intenção daquilo que o indivíduo quer ser. (Cloninger, 1994; Cloninger et al., 1993; Cloninger et al., 1997; Fruyt et al., 2000; Svrakic, Draganic, Hill, Bayon, Przybeck, & Cloninger, 2002)

Cloninger define quatro dimensões do temperamento: Procura de Novidade (NS), Evitamento de Perigo (HA), Dependência de Recompensa (RD) e Persistência (PS) e três dimensões de caráter: Autodiretividade (SD), Cooperação (CO) e Autotranscendência (ST) (Cloninger, 1994; Cloninger et al., 1993).

Cada uma das dimensões deste modelo, divide-se em facetas do temperamento e características do caráter que é possível mensurar através do instrumento de avaliação TCI, expressando conceitos particulares (Kose, 2003).

1.1.1.1. Dimensões do Temperamento

a) Procura da Novidade (NS)

A Procura de Novidade é caracterizada pela tendência hereditária para a iniciação de comportamentos perante estímulos novos e suscetibilidade comportamental à estimulação ambiental. A impulsividade, a excitação, a curiosidade por lugares desconhecidos e a extravagância são características nos indivíduos com elevados níveis nesta dimensão. A monotonia é rejeitada devido à facilidade com que uma atividade se torna entediante para estes sujeitos, assim como as possíveis punições que possam ocorrer na sequência desses comportamentos exploratórios (Kose, 2003). A dopamina é o neurotransmissor envolvido com os circuitos cerebrais de ativação de comportamento (Cloninger, 1987; Hansenne, 2003). As vantagens associadas aos valores altos na dimensão NS estão relacionados com o entusiasmo e o empenho imediato em atividades novas e desconhecidas, procurando potenciais recompensas. Contrariamente, os altos níveis nesta dimensão estão também associados a elevados níveis de raiva e de desgaste rápido quando os objetivos estipulados não são atingidos, o que se reflete em inconsistências relacionais e instabilidade emocional (Kose, 2003, p.89).

A dimensão NS é composta por quatro subdimensões, nomeadamente, Excitabilidade Exploratória (NS1 - varia entre exploradores (pontuações altas) e reservados (pontuações baixas)), Impulsividade (NS2 - alterna entre impulsivos e dramáticos (pontuações altas) e deliberados (pontuações baixas)), Extravagância (NS3 - intervala entre extravagantes e energéticos (pontuações altas) e ponderados (pontuações baixas)) e Desordem (NS4 - interpola entre irritáveis e desordenados (pontuações altas) e firmes e organizados (pontuações baixas)), que auxiliam na descrição e na caracterização do sujeito conforme a pontuação obtida (Kose, 2003; Moreira, Cloninger, Rocha, Oliveira, Ferreira, Gonçalves, & Rózsa, 2017; Svrakic et al., 2002).

b) Evitamento de Perigo (HA)

A dimensão HA é caracterizada por inibição de comportamento diante do risco de punição, frustração ou estímulo novo. Está associado ao circuito cerebral de inibição do comportamento, envolvendo a serotonina e o ácido aminobutírico em todo o processo. Inibe ou evita determinado comportamento em resposta à punição (Cloninger, 1987; Kose, 2003).

Sujeitos com elevadas pontuações neste traço, manifestam medo da incerteza, insegurança, dúvida e timidez em situações sociais. O cuidado, a cautela e a inibição predominam na maioria das situações do dia-a-dia, devido aos sentimentos negativos e pessimistas que são característicos nestes indivíduos. Os níveis de energia estão frequentemente baixos, o que origina elevados níveis de cansaço. Como consequência disso, necessitam de mais encorajamento e tranquilidade do que a maioria das pessoas, são vulneráveis à crítica e sofrem por antecipação (Cloninger, 1987; Kose, 2003).

As pontuações obtidas na dimensão HA são determinadas pelas quatro subdimensões que a compõem, mais especificamente, Ansiedade Antecipatória (HA1 - varia entre pessimista e preocupantes (pontuações altas) e otimistas e despreocupados (pontuações baixas)), Medo da Incerteza (HA2 - alterna entre medrosos e rígidos (pontuações altas) e confiantes e calmos (pontuações baixas)), Timidez (HA3 - intervala entre tímidos (pontuações altas) e ousados e entusiastas (pontuações baixas)) e Fadiga (HA4 - interpola entre falta de energia (pontuações altas) e energéticos e dinâmicos (pontuações baixas)) (Kose, 2003; Moreira et al., 2017; Svrakic et al., 2002).

c) Dependência da Recompensa (RD)

Este traço do temperamento é definido como uma tendência hereditária em responder intensivamente a sinais de recompensa e em manter comportamentos associados à gratificação. Está relacionada com o sistema cerebral de manutenção de comportamento, mais particularmente, com o neurotransmissor noradrenalina (Kose, 2003).

Os indivíduos que apresentam pontuações altas neste traço “*tendem a ser carinhosos, amorosos, calorosos, sensíveis, dedicados, dependentes e sociáveis. Procuram contacto e estão abertos à comunicação com as outras pessoas*” (Kose, 2003, p.90). Elevados resultados nesta dimensão são vantajosos devido à sensibilidade às pistas sociais, o que facilita os relacionamentos interpessoais e a compreensão da vertente emocional dos outros sujeitos, mas é igualmente desvantajosos devido à facilidade com que podem ser influenciados, levando à perda de objetivos e dos seus próprios pontos de vista (Cloninger, 1987; Hansenne, 2003; Kose, 2003).

Já os indivíduos com baixos resultados nesta categoria são tidos como “*pessoas práticas, de mentalidade dura, frios e socialmente insensíveis*” (Kose, 2003, p.90). Preferem estar sozinhos a comunicar com os outros, mantendo a distância e o

isolamento. Estes resultados podem ser vantajosos devido à visão prática e objetiva mas pode ser uma desvantagem devido à falta de sensibilidade na comunicação social, causando déficit nos relacionamentos interpessoais (Cloninger, 1987; Kose, 2003).

As subdimensões Sentimentalismo (RD1 - varia entre sentimentais e empáticos (pontuações altas) e práticos, racionais, distantes e excêntricos (pontuações baixas)), Abertura à Comunicação (RD2 - alterna entre comunicativos (pontuações altas) e reservados (pontuações baixas)), Apego (RD3 - intervala entre calorosos (pontuações altas) e frios e desapegados (pontuações baixas)) e Dependência (RD4 - interpola entre “dependente do apoio emocional e da aprovação dos outros” (pontuações altas) e independentes e auto-suficientes (pontuações baixas)), pertencem à dimensão RD são determinantes para decodificar os comportamentos dos indivíduos e se este procura recompensas pelos mesmos (Kose, 2003; Moreira et al., 2017; Svrakic et al., 2002).

d) Persistência (PS)

A Persistência é o último traço pertencente ao Temperamento e é tida como a tendência hereditária para interromper determinado comportamento associado à frustração ou à ausência de recompensa. PS só passa a fazer parte do Modelo Psicobiológico da Personalidade, aquando da inclusão das três dimensões de carácter (Cloninger et al., 1993). Os neurotransmissores glutamato e serotonina estão associados a esta dimensão.

“Indivíduos com maior PS tendem a ser industriais, trabalhadores, persistentes e estáveis apesar da frustração e fadiga. Tipicamente, intensificam os seus esforços em resposta à recompensa antecipada” (Kose, 2003, p.91). Apresentam uma postura voluntária quando existe algo para ser feito e ficam ansiosos até começarem a desempenhar a tarefa que lhes foi atribuída. A persistência é o lema que move estes indivíduos, combatendo a frustração e a fadiga, não desistindo com facilidade dos objetivos traçados. A crítica e a confrontação são mecanismos a que estes indivíduos não mostram agrado, usando-as como forma de melhorar o seu trabalho, sacrificando o que for necessário para atingir o que pretendem. *“Alta Persistência é uma estratégia comportamental adaptativa quando as recompensas são intermitentes, mas as contingências continuam estáveis. No entanto, se as contingências mudarem rapidamente, a Persistência torna-se desadaptativa”* (Kose, 2003, p.90).

“Indivíduos com baixos níveis de PS, são vistos como indolentes, inativos, não confiáveis, instáveis e erráticos com base nos auto-relatos como nas classificações dos

entrevistadores” (Kose, 2003, p.90). São pessoas que raramente intensificam esforços, mesmo quanto à antecipação da recompensa, nunca se oferecendo para fazer algo que não têm de ser eles a fazer. Estão satisfeitos com as suas conquistas até à atualidade e raramente procuram mais e melhor, cedendo à frustração, à crítica, aos obstáculos e à fadiga (Kose, 2003).

A dimensão PS, a última pertencente ao Temperamento, é composta por quatro subdimensões, nomeadamente, Resistência ao esforço (PS1 - varia entre ávidos, esforçados e dedicados (pontuações altas) e “demoram a iniciar novos projetos” (pontuações baixas)), Trabalho (PS2 - alterna entre determinados (pontuações altas) e mimados (pontuações baixas)), Ambição (PS3 - intervala entre entusiasmados (pontuações altas) e fracassados (pontuações baixas)) e Perfeccionismo (PS4 - interpola entre perfeccionistas (pontuações altas) e pragmáticos (pontuações baixas)), que auxiliam na descrição e na caracterização do sujeito conforme as pontuações obtidas (Kose, 2003; Moreira et al., 2017; Serra, 2006; Svrakic et al., 2002).

1.1.1.2. Dimensões do Caráter

a) Autodiretividade (SD)

A Autodiretividade é a capacidade do sujeito controlar, regular e adaptar o seu comportamento às situações que o rodeiam, de acordo com os seus valores e ideais. Refere-se à intensidade com que o indivíduo é responsável, confiável, disponível, objetivo e auto-confiante.

De acordo com Cloninger et al. (1993), os valores desta subescala do Caráter são determinantes para a presença ou a ausência de uma perturbação de personalidade.

Indivíduos com níveis elevados de SD têm uma boa auto-estima e auto-confiança, distinguindo-se pela sua eficiência e pela sua orientação para o objetivo. Gosta de orientar e quando é obrigado a seguir ordens dadas pelos outros pode ser visto como um instigador de problemas e rebeldia, desafiando a autoridade de quem lidera (Cloninger et al., 1993; Kose, 2003)

Em contraste, os indivíduos com baixos níveis de SD são descritos como *“imaturos, fracos, frágeis, culpados, destrutivos, ineficazes, irresponsáveis, não confiáveis e mal integrados quando não estão em conformidade com a direção de um líder maduro”* (Kose, 2003, p.91). Estes sujeitos são frequentemente catalogados como

tendo uma perturbação de personalidade, devido à falta de organização, que os torna incapazes de definir e atingir metas significativas (Cloninger et al., 1993; Kose, 2003).

A dimensão SD é composta por cinco subdimensões, nomeadamente, Responsabilidade (SD1 - varia entre responsáveis (pontuações altas) e irresponsáveis (pontuações baixas)), Propósito (SD2 - alterna entre determinados (pontuações altas) e “não têm propósito na vida” (pontuações baixas)), Recursos (SD3 - intervala entre habilidosos, engenhosos e eficientes (pontuações altas) e pessoas desamparadas e sem esperança (pontuações baixas)), Auto-Aceitação (SD4 - interpola entre autoconfiantes (pontuações altas) e baixa auto-estima, não usufruindo das suas capacidades (pontuações baixas)) e Congruência (SD5 – varia entre disciplinados (pontuações altas) e indisciplinados com hábitos incongruentes (pontuações baixas)), que ajudam na análise à forma como o indivíduo controla, regula e adapta o seu comportamento (Kose, 2003; Moreira et al., 2017; Svrakic et al., 2002).

b) Cooperação (CO)

A CO é tida como a abertura que o sujeito tem para com o outro e em que medida consegue identificar-se como parte integrante da sociedade (tolerante e cooperativo). *“A CO compreende tolerância social, empatia, utilidade, compaixão e princípios morais, em vez de hostilidade, vingança e egoísmo. Isto torna-se relevante para as componentes judiciais e/ou avaliativos da personalidade”* (Cloninger, 1994, p.270). Os indivíduos com perturbações de personalidade antissocial registam pontuações baixas nesta dimensão e apresentam valores elevados na NS, baixo HA, e baixa RD (Cloninger, 1994).

Segundo Cloninger et al (1993, p.980), *“os indivíduos cooperativos são descritos como socialmente tolerantes, empáticos, úteis e compassivos, já os indivíduos não cooperativos são descritos como socialmente intolerantes, desinteressados nas outras pessoas, não ajudam e são vingativos”*. É ainda relevante referir que todas as categorias das Perturbações de Personalidade estão associadas a baixa Cooperação (Kose, 2003).

A dimensão CO é composta por cinco subdimensões, nomeadamente, Aceitação Social (CO1 - varia entre tolerantes e amigos (pontuações altas) e intoleráveis e hostis (pontuações baixas)), Empatia (CO2 - alterna entre empáticos (pontuações altas) e insensíveis (pontuações baixas)), Altruísmo (CO3 - intervala entre úteis e encorajadores (pontuações altas) e egocêntricos e egoístas (pontuações baixas)), Compaixão (CO4 -

interpola entre compassivos, caridosos, tolerantes e benevolentes (pontuações altas) e vingativos (pontuações baixas)) e Consciência (CO5 – varia entre honestos, genuínos e sinceros (pontuações altas) e oportunistas (pontuações baixas)), que são determinantes para perceber se o indivíduo se sente enquadrado na sociedade onde está inserido (Kose, 2003; Moreira et al., 2017; Svrakic et al., 2002).

c) Autotranscendência (ST)

A ST está associada à capacidade de mediação, reflexão não materialista e da identificação de si mesmo como parte integrante do universo. Por outras palavras, esta dimensão refere-se ao sentimento de identificação do indivíduo como parte integrante do universo, associado a um juízo sábio, a uma espiritualidade altruísta contrária ao egocentrismo materializado. São indivíduos que descrevem períodos (frequentes) de alegria e inspiração a algo exterior a eles (não atribuem a si próprios), a algo que lhes é transcendente (Cloninger, 1994).

Deste modo, sujeitos com níveis elevados de ST manifestam espiritualidade, idealismo, transigência e imaginação, enquanto que no lado oposto, os indivíduos com baixos níveis de ST, estão mais associados à lógica, ao relativismo e ao materialismo (Cloninger et al, 1993; Kose, 2003). Para avaliar esta dimensão é preciso considerar três subdimensões: Abstração (ST1 – varia entre intuitivos (pontuações altas) e conscientes da sua individualidade (pontuações baixas)), Identificação Transpessoal (ST2 - alterna entre “indivíduos com vínculos fortes à natureza e o universo” (pontuações altas) e indivíduos com postura individualista (pontuações baixas)) e Espiritualidade (ST3 - intervala entre espirituais (pontuações altas) e materialistas (pontuações baixas)) (Kose, 2003; Moreira et al., 2017; Svrakic et al., 2002).

1.1.1.3. Neuroanatomia

De acordo com Moreira et al. (2017, p.2-3), o modelo desenvolvido por Cloninger relativo à personalidade, baseia-se numa abordagem integradora, incluindo componentes da “*genética comportamental, neurobiologia, psiquiatria e psicologia*”. De forma mais esclarecedora, Cloninger define “*a personalidade como uma organização dinâmica dos processos psicobiológicos, que são concetualizados em termos de dois domínios: temperamento e carácter*” (Moreira et al., 2017, p.2), sendo

que *“todas as dimensões do temperamento e do caráter são moderadamente hereditárias, e a expressão e diferenciação dessas dimensões podem ser modificadas por influências ambientais e culturais”* (Moreira et al., 2017, p.3).

Cloninger defende que existem diferenças individuais nos traços do temperamento que podem ser visíveis em imagens neurológicas (*“as diferenças individuais nas características específicas do temperamento humano, recentemente, foram associadas a diferenças específicas no fluxo sanguíneo cerebral regional”* (Cloninger, 2000, p.612)). Estudos demonstram uma correlação positiva entre a “Procura de Novidade” e a atividade do córtex paralímbico, particularmente o cíngulo anterior esquerdo e a ínsula direita; uma correlação negativa entre o “Evitamento de Perigo” com as *“regiões paralímbicas, como o giro parahipocampal esquerdo e a junção orbitoinsular direita, bem como várias regiões neocorticais no córtex frontal, parietal e temporal”* (Cloninger, 2000, p.612). É igualmente possível afirmar através dos estudos desenvolvidos por Cloninger que a Dependência de Recompensa *“está correlacionada negativamente com diferentes regiões paralímbicas, como o giro parahipocámpico bilateralmente, a ínsula esquerda, o giro cingulado anterior e diferentes regiões neocorticais no córtex frontal e temporal”* (Cloninger, 2000, p.612).

Existem neurotransmissores associados a cada dimensão do temperamento, mais especificamente, ao traço “Procura de Novidade” está associada a dopamina, que atua no controlo de movimentos (voluntários), na memória e na sensação de prazer. Este neurotransmissor é produzido na substância negra (localizada no Mesencéfalo) e libertado através de sinapses químicas do cérebro (Frederick, & Stanwood, 2009). Os corpos celulares dopaminérgicos atuam no sistema de ativação comportamental que por sua vez, está associado à exploração de novos estímulos, à procura de potenciais recompensas, à fuga da monotonia e à evitação de possíveis punições. Esta ativação comportamental apresenta um padrão fisiológico associado ao aumento da frequência cardíaca e uma sensibilidade diminuída (Cloninger, 1987).

Por outras palavras, *“ (...) a procura de novidade ativa, principalmente, os circuitos controlados pelos neurónios dopaminérgicos do mesencéfalo. Postula-se que uma nota elevada nesta dimensão se associa a uma taxa de base fraca de dopamina e a uma hipersensibilidade dos recetores pós-sinápticos”*, em termos práticos, estes indivíduos são descritos como tendo *“ (...) uma fraca taxa de base de dopamina”* que *“ (...) exerce influência sobre os comportamentos exploratórios”* (Hansenne, 2003, p.222).

Associado ao Evitamento de Perigo é possível encontrar elevados níveis de serotonina e de ácido aminobutírico. A serotonina é um neurotransmissor produzido no tronco encefálico (bulbo), mais concretamente no núcleo da rafe, sendo que entre as principais funções está a regulação do apetite, o equilíbrio do desejo sexual, o controlo da atividade motora e das funções perceptivas e cognitivas (Cloninger, 1987; Mohammad-Zadeh, Moses, & Gwaltney-Brant, 2008). A serotonina atua em situações relacionadas com sentimentos de angústia, ansiedade, medo, insegurança, agressividade, inibindo comportamentos diante do risco de punição (Cloninger, 2000; Gardini, Cloninger, & Venneri, 2009; Hansenne, 2003; Kose, 2003).

A noradrenalina, ou também denominada de norepinefrina, é o neurotransmissor associado à Dependência de Recompensa, que aparece antes da adrenalina ser metabolizada. Este neurotransmissor é libertado *“pelos neurónios pós-ganglionares simpáticos tanto na periferia como em muitos locais do Sistema Nervoso Central”* (Crossman, & Neary, 2002, p.35). A noradrenalina está associada ao processo de “luta ou fuga” perante determinados estímulos, regulando o ritmo cardíaco e a pressão arterial (Frederick, & Stanwood, 2009), preparando a resposta de defesa do organismo, podendo manter ou reprimir um comportamento, tendo na sua base, as recompensas que o indivíduo pode adquirir (Cloninger, 2000; Gardini et al, 2009; Hansenne, 2003; Kose, 2003). Em termos práticos, *“o modelo de Cloninger postula que uma nota elevada nesta dimensão está associada a uma fraca taxa de base de noradrenalina”* (Hansenne, 2003, p.225).

Este neurotransmissor desenvolve um papel central na aprendizagem e na memória de novas associações emparelhadas. Apesar do número de neurónios noradrenérgicos ser reduzido, eles projetam para todas as regiões do cérebro (hipotálamo, estruturas límbicas, amígdala, septo, hipocampo até atingir todo o neocórtex), através de axónios ramificados que apresentam redes de fibras pré-terminais finas e com muitas varizes (Cloninger, 1987, p.577)

Já associado à Persistência, está a serotonina e o ácido glutâmico que atua como neurotransmissor. O glutamato é armazenado em vesículas sinápticas e está envolvido em funções cognitivas como a aprendizagem e a memória (Danbolt, 2001). Por outras palavras, a persistência de um indivíduo no alcance de um objetivo (com foco na recompensa que advém da mesma), requer aprendizagem e memória, tanto no que já foi conquistado anteriormente, como nas punições que surgiram na sequência de

comportamentos que posteriormente foram inibidos (Cloninger, 2000; Gardini et al, 2009; Hansenne, 2003; Kose, 2003).

“Os indivíduos com perturbações de personalidade boderline ou antissocial demonstram ter pequenos volumes de lobo frontal e respostas frontais diminuídas à estimulação serotoninérgica” (Cloninger, 2000, p.612). Por outras palavras, baixos resultados no desenvolvimento do carácter estão associados a défices no controle de impulsos, na empatia e na consciência o que origina comportamentos agressivos (Cloninger, 2000; Gardini et al, 2009; Hansenne, 2003; Kose, 2003).

1.1.1.4. Estudos sobre a personalidade em populações prisionais

O estudo do crime e dos seus autores é longo e apresenta ao longo da história, marcos importantes que contribuíram para aquilo que hoje conhecemos como ciência. O crime e os comportamentos praticados são uma constante preocupação para as diferentes sociedades, o que levou à necessidade de algumas áreas procurarem explicações viáveis e fiáveis para perceber, combater e prevenir estas condutas (Nunes, 2010).

Os comportamentos desviantes, ao longo dos tempos, foram ganhando cada vez mais destaque e interesse por parte dos cientistas mais curiosos. A necessidade de explicar o crime, as causas, os motivos, a pessoa por de trás do ato, levou a que a Psicologia assumisse um papel central na interpretação de determinadas condutas fora da norma (Nunes, 2010). Assim, diversos autores desenvolveram estudos com populações criminosas (populações que se encontravam reclusas por perpetrar crimes), abordando as mais diversas temáticas, sendo uma delas a personalidade.

Eysenck apresentou uma perspetiva de traços definidores da personalidade criminal que, ainda nos dias de hoje, é o ponto de partida de muitos investigadores (Hansenne, 2003; Nunes, 2010). O autor defendia a personalidade como uma estrutura estática que assenta em bases neurofisiológicas, importadas do positivismo. Este autor partiu da ideia de que haveria diversos aspetos da personalidade que eram predominantemente determinados pela genética, levando a diferentes características ao nível do Sistema Nervoso Central (menor capacidade de aprender e menor condicionabilidade), situando o indivíduo num ponto específico do espaço multidimensional da personalidade. Assim, segundo a sua perspetiva tridimensional (extroversão/introversão, neuroticismo/estabilidade e psicoticismo – acrescentado

posteriormente à teoria inicial), conseguiria explicar o comportamento criminal e os aspetos da personalidade a ele associados. *“Na dimensão da extroversão estariam incluídos aspetos como sociabilidade e impulsividade. (...) De acordo com a lógica apresentada pelo autor, os indivíduos com elevada extroversão teriam, à partida, mais tendência para a prática criminosa”* (Nunes, 2010, p.143-144). O neuroticismo estava associado à labilidade emocional, por isso, indivíduos com baixos valores de neuroticismo apresentavam maior estabilidade emocional. Ou seja, os sujeitos com elevados níveis de neuroticismo, e conseqüentemente, elevados níveis de labilidade, apresentavam uma maior tendência para reagir de forma exagerada a estímulos entendidos como aversivos, o que dificultaria os processos de aprendizagem social. *“Assim sendo, independentemente dos valores da extroversão, verificar-se-ia uma maior tendência para a prática criminosa naqueles que apresentassem maior índice de neuroticismo”* (Nunes, 2010, p.144).

Posteriormente, o autor acrescentou ao seu modelo a dimensão psicoticismo, onde completa o seu raciocínio afirmando que sujeitos com elevados níveis de psicoticismo apresentam condutas solitárias, desumanas, cruéis, agressivas e insensíveis ao sofrimento dos outros. Este autor considera que o criminoso (mais especificamente o psicopata) apresenta elevados níveis de psicoticismo, neuroticismo e de extroversão (Nunes, 2010). Eysenck apresentou, ainda, cinco tipos de criminosos, (1) o trapaceiro (baixo neuroticismo e psicoticismo e alta extroversão); (2) os indivíduos que cometem crimes sem especificação (elevado psicoticismo, neuroticismo e extroversão); (3) os sujeitos condenados por crimes inadequados, que realizam o crime sem motivos claros (elevados níveis de psicoticismo e de neuroticismo e baixos níveis de extroversão); (4) os indivíduos que executariam crimes contra a propriedade (elevado psicoticismo, baixo neuroticismo e extroversão); e por último, (5) os que cometeriam crimes violentos (elevados níveis de psicoticismo e extroversão e baixos níveis de neuroticismo) (Muncie, McLaughlin, & Langan, 1996, citado por Nunes, 2010).

Apesar de este autor sustentar a sua teoria em bases rigorosas e através de experiências, o método utilizado não se encontrava desprovido de viés, uma vez que houve negligência de fatores ambientais e uma reduzida evidência empírica (Nunes, 2010).

Thornquist e Zuckerman, em 1995, desenvolveram uma investigação com 79 reclusos do sexo masculino (caucasianos, negros e hispânicos) detidos em prisões federais de segurança média, com o propósito de comparar teorias (Eysenck, Gray e

Zuckerman) na previsão da psicopatia e da aprendizagem passiva-evitante. Estes autores partem da premissa que, nos modelos psicobiológicos da personalidade, as diferenças individuais estão vinculadas à sensibilidade a pistas de recompensa e para a percepção de punições (Gray) e para as expectativas que o indivíduo tem, quer sejam de recompensa quer sejam de punição (Zuckerman). Em termos teóricos, Eysenck defende que os psicopatas revelam pontuações altas nas três grandes dimensões: Extroversão (E), Neuroticismo (N) e Psicoticismo. A teoria relativa à psicopatia desenvolvida por Gray relaciona o comportamento antisocial com o sistema de inibição comportamental (uma fraqueza ou uma insensibilidade). Posteriormente, Zuckerman (influenciado pelo autor mencionado anteriormente), propõe uma associação entre ansiedade e psicopatia, uma vez que até aquela data, não tinha sido avaliada /considerada a noção de ansiedade nos indivíduos psicopatas e propõe duas novas dimensões para a personalidade: Neuroticismo-Ansiedade e Impulsivo-Procura de Sensações (Thornquist, & Zuckerman, 1995).

Cada recluso respondeu ao EPQ (desenvolvido por Eysenck) que inclui a escala da mentira e ao ZKPQ (desenvolvido por Zuckerman e Kuhlman que inclui cinco sub-escalas: *Neuroticismo-Ansiedade (N-Anx)*; *Procura de Sensações Impulsivas (ImpSS)*; *Agressividade-Hostilidade (Agg-Host)*, *Atividade (Act)* e *Sociabilidade (Sy)*), após responder à *Checklist* de Psicopatia Revista (PCL-R).

Após a análise dos resultados obtidos com a população inquirida, verificou-se que a subdimensão Psicoticismo (da teoria de Eysenck) está correlacionada negativamente com a Mentira e as outras dimensões não se encontram correlacionadas. Em seguida, todas as dimensões da escala ZKPQ revelam valores significativamente mais altos na população reclusa do que na população normal. Mais particularmente, e relacionando os dois modelos, a dimensão “Extroversão” apresenta uma correlação mais forte com “Sociabilidade” e a dimensão “Neuroticismo” com “Neuroticismo-Ansiedade”. Contrariamente às pesquisas feitas com a população normal, a escala “Psicoticismo” apresenta uma correlação forte tanto com “Agressividade-Hostilidade” e “Procura de Sensações Impulsivas”. É ainda relevante realçar que as pontuações obtidas na PCL-R, nos indivíduos caucasianos, mostram uma correlação estatisticamente significativa com “Procura de Sensações Impulsivas”, “Agressividade-Hostilidade” (referente ao modelo de Zuckerman) e “Psicoticismo” (referente ao modelo de Eysenck), sendo que os outros dois grupos analisados não apresentam resultados estatisticamente significativos neste teste (Thornquist, & Zuckerman, 1995).

Existem diversos autores e diferentes abordagens para avaliar a personalidade na população reclusa. Alguns investigadores utilizaram a *Structured Clinical Interview* (SCID) associada ao Manual de Diagnóstico e Estatística de Perturbações Mentais (DSM); outros empregaram o *Minnesota Multiphasic Personality Inventory* (MMPI desenvolvido por Hathaway e McKinley em 1943, adaptado em 2006 para versão portuguesa por Silva, Novo, Prazeres e Pires); ou usaram o NEO-PIR (criado por Costa e McCrae em 1978, adaptado por Margarida Pedroso Lima e António Simões em 1997); ou por último, avaliaram a personalidade através do instrumento 16PF (desenvolvido por Cattell em 1993 e adaptado por Alexandra Figueiredo Barros e António Menezes Rocha em 1998).

Diversos investigadores desenvolveram estudos com população reclusa utilizando a entrevista descrita no DSM, nomeadamente, Espanha, Noruega, Brasil e Inglaterra.

Marco, Antón, de la Hoya, Juan, Faraco, Caylá, Trujols e Perseo Group (2015), desenvolveram uma investigação com o objetivo de estimar a prevalência de perturbações de personalidade e identificar os fatores associados a estas patologias em indivíduos privados da liberdade, mas com uma condicionante, que estivessem a realizar tratamento para a Hepatite C. Da amostra inicial de 225 reclusos com hepatite C, apenas 193 (75,7%) manifestavam a presença ou traços de ter uma perturbação de personalidade. Esta avaliação foi feita utilizando o *Personality Diagnostic Questionnaire-4* (versão espanhola) que é composta por duas fases: o questionário de auto-relato e a entrevista *Clinical Significance Scale*, que se rege pelo DSM-IV. Após a utilização dos dois instrumentos de avaliação, 136 indivíduos apresentaram pontuações sugestivas de Perturbações de Personalidade, 70 indivíduos enquadravam-se nas perturbações do grupo A (55 paranóide, 23 esquizóide e 38 esquizotípica), 107 no grupo B (89 antissocial, 58 *boderline*, 8 histriónica e 16 narcísica) e por último, 59 no grupo C das perturbações de personalidade (35 evitante, 3 dependente e 37 obsessiva-compulsiva). As perturbações de personalidade do grupo B são as mais prevalentes nesta população inquirida, revelando um maior registo na perturbação de personalidade antissocial (Marco et al., 2015).

Posteriormente, no mesmo estudo, os autores realizaram as mesmas análises com a mesma população-alvo mas com o objetivo de perceber se existem diferenças estatisticamente significativas entre indivíduos infetados apenas com Hepatite C e sujeitos co-infetados com Hepatite C e HIV-SIDA. Os resultados mantêm-se, existem uma predominância do grupo B e da perturbação obsessiva-compulsiva da

personalidade. Os investigadores concluíram que os pacientes com genótipo 1,2,3 (associados à Hepatite C) estão mais propensos a apresentar resultados significativos nos grupos de perturbações de personalidade. É ainda possível constatar, através dos resultados que não existem dados estatisticamente significativos que associem estas doenças a perturbações do grupo A. Os autores finalizam, concluindo que existem uma significativa associação positiva entre o grupo B com: (1) co-infecção de Hepatite C e HIV-SIDA, (2) Hepatite C com genótipo 1,2 e 3 e (3) HIV-SIDA em estado 3 e 4 (Marco et al., 2015).

Rasmussen, Storsaeter e Levander (1999), desenvolveram um estudo com o objetivo de perceber se existia uma relação forte entre psicopatia e crimes sexuais, mas foi ainda possível investigar a prevalência de perturbações mentais, perturbações de personalidade e disfunções neuropsicológicas nas populações reclusas da Noruega, utilizando instrumentos de diagnóstico standardizados. Aplicaram a SCID e a PCL-R, junto de reclusos provenientes de cinco prisões diferentes (quatro para indivíduos do sexo masculino e uma prisão feminina), perfazendo um total de 66 inquiridos. Os resultados do estudo, apesar de não discriminarem por tipo de crime, indicam que 16 reclusos se incluem no grupo A das perturbações de personalidade (nomeadamente a perturbação paranóide), 28 inserem-se no grupo B (11 com antissocial e 16 indivíduos com comorbilidade de perturbação antissocial e perturbação boderline) e, por fim, 17 encaixam-se no grupo C (Rasmussen et al., 1999).

Rigonatti, De Pádua Serafim, Caires, Filho e Arboleda-Florez (2006), investigaram a prevalência de perturbações de personalidade em violadores e homicidas detidos em prisões de alta segurança no Brasil. A amostra desta investigação é formada por 2300 indivíduos do sexo masculino, sendo que 1245 estavam condenados por homicídio e 120 por violação (reclusos condenados por ambos os crimes foram excluídos na amostra). Os investigadores optaram por entrevistas semi-estruturadas (instrumentos qualitativos): *Schedules for Clinical Assessment in Neuropsychiatry* (SCAN), *Structured Interview for Personality Disorders by DSM-III-R* (SIDP-R), *Mini Mental Status Examination* (MMSE) e *Non-Verbal Intelligence Test* (NVI). De forma genérica, 96% dos homicidas e 84% dos violadores foram diagnosticados com Perturbação de Personalidade Antissocial (APD).

Os resultados apontam para uma prevalência mais acentuada de APD e de perturbações de personalidade sádicas (perturbação não incluída no DSM, mas considerada pelos autores como relevante) em ambos os grupos, mas no grupo dos

homicidas também se destacam personalidades dependentes e histriônicas, com valores estatisticamente significativos. De acordo com Malmquist (1996 citado por Rigonatti et al., 2006), os indivíduos com patologias associadas a personalidades dependentes necessitam de um aliado e caso sintam alterações na relação ou se sintam ameaçados pelo parceiro, adotam comportamentos destrutivos como é o caso do homicídio; no caso das personalidades histriônicas (Sigmund, Barnett, & Mundt, 1998 citado por Rigonatti et al., 2006), estes indivíduos demonstram alguma agressividade devido à uma descompensação nos processos mentais. Já sujeitos com traços ou diagnóstico de perturbações paranóides cometem, muitas vezes, crimes devido a distorções ou más interpretações das situações que ocorrem no seu dia-a-dia, levando a que cometam delitos em defesa de um eventual ataque (Rigonatti et al., 2006).

Em Inglaterra e País de Gales, os autores Roberts, Yang, Zhang e Coid (2008), partem da premissa que a população de ofensores apresenta a mais alta taxa de prevalência de perturbações de personalidade e de experiências traumáticas na infância (Weeks, & Widon, 1998, citado por Roberts et al., 2008). Nesse sentido a investigação destes autores surge para analisar de forma independente a associação entre fatores temperamentais na infância (através de auto-relato), experiências adversas/traumáticas na infância (problemas de saúde mental em familiares; problemas de abuso de substâncias na família; disciplina dura em casa, membros da família com historial criminal; influência do grupo com comportamentos delinquentes; discórdia parental; criminalidade juvenil; abusos sexuais; negligência; abusos emocionais; falta de afeto parental; experiências de *bullying*) e a existência de perturbações de personalidade na idade adulta, numa larga amostra de ofensores masculinos.

Foram inquiridos 1396 indivíduos do sexo masculino, condenados por ofensas violentas ou ofensas sexuais, pertencentes a 139 estabelecimentos prisionais. Todos os participantes foram entrevistados (semi-estruturada) por cerca de 12 psicólogos graduados treinados para o efeito, colmatando num período de investigação de cerca de dois anos (Roberts et al., 2008).

Os resultados indicam que há uma alta prevalência de perturbações de personalidade na amostra, 72.9% com APD, seguida da perturbação paranóide. É ainda perceptível a existência de um elevado número de indivíduos dependentes de consumos de substâncias psicotrópicas. O fator temperamental mais comum no grupo de sujeitos inquiridos, tal como era esperado, reporta a “perturbações de conduta” (associada a problemas aditivos nos membros da família, à criminalidade por parte dos mesmos, à

discórdia parental e à falta de afeto parental, à influência de grupos com comportamentos delinquentes), seguido de um “retraimento social” e por último, “hiperatividade” (associada à discórdia parental e à influência de grupos com comportamentos delinquentes) (Roberts et al., 2008).

Análises mais detalhadas indicam que há associações negativas entre todas as categorias de “infância adversa” e a ausência de perturbações de personalidade, exceto nas categorias “problemas de saúde mental na família” e “experiências de bullying”. Reclusos com perturbações de personalidade evitante são mais propensos a denunciar a criminalidade dos membros da família do que os comportamentos delinquentes por parte do grupo de pares. Já os indivíduos privados da liberdade diagnosticados com perturbação de personalidade obsessivo-compulsivo, eram mais propensos a referir os “abusos emocionais” e “negligência”. Aqueles que manifestavam traços de personalidade esquizóide relatavam “abusos emocionais”, mas contrariamente, eram menos propensos a falar da criminalidade dos pares e da discórdia parental. Sujeitos com personalidade paranóide realçam a “falta de afeto parental”; indivíduos com personalidade histriónica apresentam uma forte associação com “problemas de saúde mental na família” e eram mais propensos a mencionar episódios de “abuso sexual” e intimidação. Os reclusos com traços de personalidade narcísica descreviam de forma menos frequente a “criminalidade por parte da família”, “criminalidade juvenil” e “ausência de afeto parental”. Já os indivíduos com traços borderline narravam episódios de “abuso sexual”, intimidação e “criminalidade juvenil” (Roberts et al., 2008).

A associação entre APD (perturbação mais frequente nesta amostra) e experiências adversas na infância é estatisticamente significativa, nomeadamente, “problemas de abuso de substâncias na família”, “disciplina dura em casa”, “membros na família com historial criminal”, “influência de grupo com comportamentos delinquentes”, “discórdia parental”, “falta de afeto parental” e “criminalidade juvenil”. No entanto, estes indivíduos eram menos propensos a referir episódios de *bullying*. Em suma, estes resultados indicam que combinações específicas de perturbações de conduta, hiperatividade, influências criminais desde a infância quer da família quer do grupo de pares, consumos de substâncias psicotrópicas por parte dos membros do núcleo familiar aumentam o risco da manifestação de traços de APD na idade adulta (Roberts et al., 2008).

Sutker (1971) desenvolveu um estudo num estabelecimento prisional em Nova Orleães, com o intuito de investigar as diferenças de personalidade, especialmente no

que diz respeito à sociopatia e ao desvio social, mediante o consumo de estupefacientes. Este autor inquiriu 80 reclusos (40 viciados em heroína e 40 sem qualquer consumo de substâncias psicotrópicas – grupo controlo) com o instrumento de avaliação MMPI. As primeiras conclusões retiradas pelo autor, revelaram que os sujeitos com comportamentos aditivos deram respostas mais honestas, admitindo as falhas pessoais, os episódios depressivos e ansiogénicos, uma maior preocupação com a saúde física e com o futuro, do que nos reclusos do grupo controlo.

Os sujeitos viciados em heroína revelaram pontuações estatisticamente significativas nas escalas 1 (Hipocondria), 2 (Depressão), 3 (Histeria), 4 (Psicopatia Desviante), 7 (Psicastenia), 8 (Esquizofrenia), 9 (Mania) e 0 (Social – Introversão/Extroversão) e significativamente menores na escala L (Mentira) do que os restantes reclusos. Por outras palavras, dos indivíduos com comportamentos aditivos associados à heroína, 50% foram classificados com perturbações de conduta (elevadas pontuações na escala 4 ou com pontuações elevadas nas escalas 4 e 9 e as restantes relativamente baixas), 23% categorizados como psicóticos (com elevadas pontuações em L, F e K e um elevado pico na escala 8), 15% enquadravam-se na categoria psiconeurótica (pontuações elevadas nas escalas A e R, níveis mais altos na escala 7 do que na 8 e médios nas restantes escalas) e 12% apresentaram um perfil normativo. Os sujeitos sem comportamentos aditivos apresentaram classificações bastante diferentes: 42% enquadraram-se na categoria normativa, 30% inseriam-se na categoria de perturbações de conduta (com elevações nas escalas 4 e 9), 23% foram classificados como psicóticos e apenas 5% preenchiam os critérios para a categoria de psiconeurótico (Sutker, 1971).

Panton (1974) investigou quais as diferenças de personalidade entre 128 homens e 128 mulheres detidos pelo Sistema Corretivo da Carolina do Norte, com o mesmo instrumento utilizado no estudo anterior. Este autor, numa primeira análise conclui que os homens apresentavam pontuações mais elevadas do que as mulheres, nas escalas 1 (Hipocondria) e 2 (Depressão). Isto significa que os homens são mais propensos a expressar queixas físicas, são mais pessimistas na forma como vêem a sua vida, mais facilmente irritáveis e revelam uma maior imaturidade emocional. Já as pontuações elevadas na escala 0 (Social – Introversão/Extroversão) revelam que as mulheres apresentam comportamentos significativamente mais desviantes que os homens. Estes resultados indicam, ainda que, as mulheres são menos confiantes que os homens,

levando-as a abandonar com maior facilidade as relações interpessoais que estabelece e a ter menor capacidade para lidar com assuntos socioeconômicos.

Numa segunda análise e, conseqüentemente mais aprofundada, o autor constatou que as mulheres apresentavam níveis estatisticamente mais baixos em 1 e 2, o que justifica uma maior tendência para os homens desenvolverem trabalhos mais físicos (o que justifica os parâmetros apresentados no parágrafo anterior); valores estatisticamente mais elevados em 6 (Paranóia) e 0 (Social), o que leva a uma maior sensibilidade e suscetibilidade afetando as relações interpessoais estabelecidas. Ambos os sexos evidenciaram pontuações elevadas na escala 4 (Psicopatia Desviante), mas a predominância recaí sobre o sexo masculino (problemas com a autoridade), já as mulheres que pontuaram nesta escala revelaram sentimentos de isolamento e falta de prazer pessoal nas atividades de cariz social. Em suma, os reclusos do sexo masculino apresentavam uma atitude mais antissocial (sociopática) evidenciada por um historial de elevados consumos de álcool e pela criminalidade precoce e juvenil, já as mulheres apresentaram um perfil menos antissocial, conotado de uma maior sensibilidade emocional (Panton, 1974).

Na Holanda, surge um estudo com o objetivo de avaliar a personalidade e foi desenvolvido em 2009 por Bulten, Nijman e van der Staak numa prisão, onde residem indivíduos condenados, assim como sujeitos a aguardar julgamento. Participaram no estudo 191 indivíduos do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 18 e os 59 anos de idade. Dividindo a amostra por tipo de crime é possível constatar que 37% estavam detidos por crimes contra a propriedade (crime mais comum), 23% por crimes violentos, 15% homicídios, 14% por crimes relativos a estupefacientes e 6% por crimes sexuais. Da amostra inquirida, 63% eram reincidentes.

Este estudo, à semelhança dos estudos anteriormente apresentados, tinha como objetivo perceber a prevalência das perturbações psiquiátricas e quais as características de personalidade predominantes nos indivíduos detidos em “prisões corretivas”. Os instrumentos utilizados para o efeito foram *MINI International Neuropsychiatric Interview*, *Symptom Checklist – 90* (SCL-90 versão holandesa) e posteriormente, o NEO-PIR. Os autores concluíram que 38% da amostra revelava problemas de hiperatividade e défices de atenção na infância; 38% APD; 30% dependência de substâncias psicoativas e 28% abuso de álcool. No que concerne às perturbações do foro psiquiátrico: não foi detetado nenhum caso de perturbações maníacas ou bipolares; 18% apresentavam ideação suicida e 9% preenchia os critérios para a perturbação depressiva

major. Adicionalmente, foram realizadas análises com a finalidade de perceber a relação entre as escalas “Amabilidade” e “Conscienciosidade” e os indivíduos diagnosticados com APD. Concluiu-se que estes indivíduos apresentaram pontuações estatísticas significativamente baixas em todas as subdimensões da escala “Amabilidade” (Confiança, Rectidão, Altruísmo, Complacência, Modéstia e Sensibilidade), assim como na escala “Conscienciosidade” (Competência, Ordem, Obediência/Dever, Luta/Realização, Auto-disciplina e Deliberação) (Bulten et al., 2009).

Ben-David (1991) desenvolveu um estudo onde o seu objetivo passava por identificar as características/traços de personalidade de indivíduos condenados por crimes comumente conhecidos como crimes de colarinho branco. Inquiriu 51 sujeitos do sexo masculino detidos num estabelecimento prisional em Israel, com o questionário 16PF para avaliar a personalidade. Concluiu que estes sujeitos eram competitivos, conscienciosos, dominantes e tendiam a ser mais auto-repressivos que a maioria da população. Acrescenta ainda que estava, “programados” para apresentarem uma estrutura emocional estável e livres de problemas e dificuldades emocionais.

Estudos feitos nas prisões da Nova Zelândia, de forma mais genérica, fizeram um levantamento das prevalências das perturbações, recorrendo a entrevistas e ao Questionário das Perturbações de Personalidade, para avaliar a personalidade, de forma a sustentar as hipóteses levantadas. Os autores deste estudo concluíram que existe uma prevalência marcadamente mais elevada de perturbações mentais na população prisional do que na população em geral, nomeadamente nas perturbações por abuso de substâncias, distúrbios psicóticos, Perturbações Depressivas (preferencialmente nos homens preventivos, destacando a Perturbação Depressiva de Major), Perturbação Bipolar, Perturbação Obsessivo-Compulsivo e Perturbação de Stress Pós-Traumático (essencialmente nos homens condenados e nas mulheres), merecendo especial preocupação os elevados níveis de Esquizofrenia (Brinded, Simpson, Laidlaw, Fairley, & Malcolm, 2001). *“Enquanto 80.8% dos reclusos diagnosticados com Perturbação Bipolar recebem tratamento psiquiátrico na prisão, apenas 46.4% dos detidos deprimidos e 37% dos que sofrem de psicose receberam tratamento”* (Brinded, et al., 2001, p.166).

Posto isto, e sendo o modelo psicobiológico da personalidade do Cloninger, o modelo explicativo mais atual sobre a temática, é de realçar os inúmeros estudos que foram realizados em diferentes países, correlacionando diversos temas com a

personalidade, mais particularmente, consumo de substâncias psicoativas, *stress*, depressão, ansiedade, comportamento agressivo e impulsivo, vivências na infância, entre outras.

Os estudos desenvolvidos com populações prisionais abordando a personalidade, apesar de escassos em Portugal, noutros países surgem demonstrando uma ligação direta entre indivíduos condenados por crimes de natureza violenta e características como baixa empatia, egocentrismo, com ausência de remorsos, fracas emoções e conseqüentemente, baixas respostas ansiogénicas (De Pádua Serafim, Barros, Castellana, & Gorenstein, 2014).

Num estudo desenvolvido no Brasil, com sujeitos condenados por homicídio concluiu-se que a maioria dos traços de personalidade avaliados pelo TCI estava associada à psicopatia, nomeadamente, o “*Evitamento do Perigo*”, “*Dependência da recompensa*”, “*Persistência*” e “*Autodeterminação*”, sendo que apenas a “*Procura de Novidade*” e a “*Autotranscendência*” se encontravam relacionadas com comportamentos homicidas (De Pádua Serafim et al., 2014).

Na Nova Zelândia, Allnutt, Wedgwood, Wilhelm e Butler (2008) desenvolveram um estudo que correlaciona diversas perturbações, incluindo as de personalidade. Concluíram que dos 1322 inquiridos, “ (...) 15% da amostra preencheram os critérios para o diagnóstico de depressão, 36% para transtornos de ansiedade e 54% para um transtorno de abuso de substâncias” (Allnutt, Wedgwood, Wilhelm, & Butler, 2008, p.969). Foi ainda possível constatar que os indivíduos que consumiam mais que uma substância apresentavam resultados mais altos na dimensão NS que o grupo de indivíduos que consumia apenas um tipo de substância psicoativa. A dimensão HA apresentava tendências semelhantes, onde o grupo que não consumia, apresentava resultados mais baixos que os reclusos policonsumidores. Ao nível das subdimensões RD, PS, CO e SD, os resultados foram mais baixos no grupo dos policonsumidores, comparativamente ao grupo sem consumos. “*Os reclusos que consumiam drogas nos últimos 12 meses obtiveram pontuações maiores em NS e HA, e menores em PS, SD e CO, do que os que não injetaram*” (Allnutt et al., 2008, p.971).

Este estudo, para além, de tentar correlacionar as características de personalidade com o consumo de substâncias psicoativas, pretendia também relacionar as características de personalidade com outro tipo de perturbações, nomeadamente, depressivas e ansiogénicas. Neste âmbito, os autores concluíram que indivíduos diagnosticados com estas patologias nos últimos 12 meses, apresentavam altas

pontuações em HA e baixas pontuações em SD, sendo que indivíduos com traços ansiogênicos, também apresentam maiores pontuações em PS e ST. No que concerne, às dimensões RD (baixo) e CO (alto) não encontrou nenhuma associação com as perturbações mencionadas (Allnutt et al., 2008). Os problemas mentais associados ao consumo de substâncias e às perturbações de personalidade eram os mais frequentes nas populações prisionais, contribuindo para os fatores de reincidência principalmente nos crimes violentos (por exemplo, homicídio) e nos crimes sexuais (Allnutt et al., 2008).

Estes autores ainda compararam as características de personalidade de ofensores do sexo masculino e do sexo feminino. Concluíram que as mulheres reclusas apresentavam maiores pontuações em NS, HA, RD, CO e ST do que os homens reclusos (resultados semelhantes aos obtidos na população em geral, exceto na dimensão NS) (Allnutt et al., 2008).

Egeressy, Butler e Hunter (2009) desenvolveram um estudo em que o objetivo central era muito semelhante aos estudos descritos anteriormente, ou seja, associar as características de personalidade ao desenvolvimento de uma patologia, mais especificamente à Perturbação de Stress Pós-Traumático (PTSD), nas prisões australianas (Egeressy et al., 2009). Nesse sentido, dividiram a amostra em três grandes grupos, “sem trauma”, “com história de trauma mas sem PTSD” e “diagnosticado com PTSD”, verificando que 20% dos homens e 44% das mulheres tinham um diagnóstico de PTSD. Por outras palavras, *“as mulheres reclusas são uma população altamente traumatizada”* apresentando *“(...) o dobro dos registos de PTSD relativamente aos homens”* (Egeressy et al., 2009, p.212-213). Esta patologia apresenta *“alta comorbilidade com perturbações afetivas, de ansiedade, de uso de substâncias e perturbações de personalidade boderline e antissocial”* (Egeressy et al., 2009, p.213). Nesse sentido consideraram relevante mensurar as características de personalidade (através do TCI), onde verificaram que existiam diferenças estatisticamente significativas entre todos os traços. Mais especificamente, o grupo “com história de trauma mas sem PTSD” diferia do “PTSD” em todos os traços, o grupo “PTSD” diferia do grupo “Sem Trauma” em todos os traços exceto na Persistência; o grupo “com história de trauma mas sem PTSD” diferia do grupo “Sem Trauma” em todos os traços exceto em PS, NS e ST. De forma mais genérica, os traços HA, PS, SD e ST foram identificados como preditores significativos para o desenvolvimento de PTSD. Posteriormente, foi feita uma análise estatística por sexo, onde foi possível constatar diferenças significativas em todos os traços exceto na SD. Em particular, as mulheres

demonstram valores mais elevados em NS, HA, RD, ST e CO e menor pontuação em PS (Egeressy et al., 2009).

Na Europa, também foram desenvolvidos diversos estudos dentro do mesmo âmbito, mais especificamente em França e na Grécia.

Em França, Pousset, Tremblay e Falissard (2011) desenvolveram um estudo com o intuito de clarificar as relações entre APD e os fatores de riscos associados (vivências da infância) nas populações prisionais. A amostra pertencente a este estudo representava apenas 6% das prisões francesas em geral, abarcando três tipos de prisões, as *Maison d'arrêt* (prisão preventiva ou para condenados com penas de curta duração), as *Prison Centrales* (reclusos com penas longas, onde o nível de segurança é máximo) e os *Centre de détention* (nível intermédio). Este estudo surge como “ (...) a primeira tentativa de desvendar e estimar a importância relativa aos diferentes fatores que estão na génese da APD” (Pousset et al., 2011, p.170).

Os autores concluíram que 28% dos indivíduos relataram maus-tratos na infância e 29% dos reclusos cumpria os critérios para o diagnóstico de uma APD de acordo com o teste MINI. Ao utilizar o instrumento de avaliação TCI, os autores constataram que os “maus-tratos na infância” (variável latente da infância adversa) estavam positiva e significativamente associados com a “Procura de Novidade” (NS), inversamente a outras variáveis do temperamento (HA e RD) que não demonstraram uma relação estatisticamente significativa (Pousset et al., 2011). Com isto, os resultados deste estudo sustentam a premissa de que o desenvolvimento de uma Perturbação de Personalidade Antissocial pode ser explicado por uma infância adversa (Pousset et al., 2011).

Na Grécia, outros autores desenvolveram um estudo semelhante, com o TCI, onde o tema central passava por perceber a relação existente entre as dimensões do temperamento e do carácter com a parentalidade recebida nos primeiros 12 anos de vida (Giotakos, Vaidakis, Markianos, Spandoni, & Christodoulou, 2004). A amostra deste estudo foi composta apenas por indivíduos do sexo masculino (59 condenados por violação, 37 condenados por abuso sexual de crianças e 25 indivíduos saudáveis que pertenciam ao grupo de controlo). Este estudo torna-se relevante visto que “dois terços dos agressores sexuais preenchem os critérios para uma perturbação de personalidade” e ainda “que os agressores sexuais são mais isolados sexualmente, mais assativos e mais ressentidos do que os reclusos em geral e que uma grande proporção

de agressores sexuais relatam abusos físicos ou sexuais durante a infância” (Giotakos et al., 2004, p. 143).

Neste estudo concluiu-se que, nos dois grupos de agressores sexuais, os níveis na subdimensão NS foram significativamente mais elevados e nas subescalas em RD, SD e CO foram significativamente mais baixos. De forma mais particular, no grupo dos violadores os níveis da subdimensão PS foram significativamente mais baixos que nos abusadores de crianças, que em contrapartida, registaram valores mais altos em ST em relação ao grupo de controlo (Giotakos et al., 2004). Constataram ainda que os níveis de CO estavam correlacionados negativamente com o registo de abusos por parte do pai na infância, no grupo dos violadores, assim como, no grupo de abusadores de crianças, os níveis de PS e RD estavam negativamente correlacionados com os abusos por parte da mãe e com o excesso de controlo por parte do pai na infância (Giotakos et al., 2004). Em suma, o estilo de vida de controlo abusivo/carinhoso por parte dos pais, pode estar relacionado com os baixos níveis em RD, PS e CO. Em contrapartida, a educação parental abusiva, no grupo dos violadores, pode contribuir para os baixos níveis de CO (Giotakos et al., 2004).

Na Rússia, Ruchkin, Eisemann, Hägglöf e Cloninger (1998), desenvolveram um estudo (também com o TCI) que apesar de não ter como população alvo indivíduos adultos privados da liberdade, inquiriram 188 jovens delinquentes e 118 jovens em meio escolar. O objetivo central deste estudo era perceber a relação entre o conceito de agressão, as diferentes dimensões da personalidade e os fatores de educação/criação parental. De forma global, os adolescentes delinquentes diferiam significativamente dos restantes jovens na maioria das variáveis. Os resultados indicaram que as características de temperamento e a educação recebida pelos pais como fatores de fundo, para o desenvolvimento de comportamentos agressivos entre adolescentes. Dentro dos comportamentos agressivos existiam dois tipos: a agressão evidente (expressa comportamentos verbais e físicos agressivos) e a agressão disfarçada (componente emotiva e cognitiva da agressão, englobando a hostilidade, a irritabilidade, a suspeita e o perigo) (Ruchkin et al., 1998).

Nos jovens delinquentes, a agressão disfarçada estava positivamente correlacionada com HA e ST, e correlacionada negativamente com SD (associada à rejeição dos pais). Já os jovens que recorriam à agressão evidente apresentavam uma

correlação positiva com NS e negativa com HA (relação exclusivamente correlacionada negativamente com o calor emocional paterno) (Ruchkin et al., 1998).

O estudo permitiu constatar que a agressão disfarçada estava associada às características de temperamento, nomeadamente à subdimensão HA, e com todos os traços de carácter. O mesmo acontecia, no caso da agressão evidente, que estava correlacionada com as subdimensões NS e CO (Ruchkin et al., 1998). De forma global, os resultados do estudo destacaram a relevância das características do temperamento e da educação dos pais como fatores centrais para o desenvolvimento de comportamentos agressivos entre adolescentes (Ruchkin et al., 1998).

Complementarmente, é de realçar os estudos desenvolvidos em relação à neuroanatomia dos indivíduos pertencentes às populações prisionais. A agressividade manifestada por grande parte destes indivíduos tem sido alvo de diversos estudos, que sugerem que existe um equilíbrio entre as atividades do subcortical e o pré-frontal que pode ser crítico para a predisposição de comportamentos agressivos (Levi, Nussbaum, & Rich, 2010). Foi descoberto que elevados níveis de testosterona, mais concretamente a hormona latinizante, estavam associados a comportamentos impulsivos-agressivos (Aluja, Garcia, Blanch, & Fibla, 2011), assim como a hiperativação do hipotálamo-pituitária-gonadal (Giotakos, Markianos, & Vaidakis, 2005). É possível constatar que estes indivíduos apresentavam características especiais nos recetores de CAG e GGN. O gene recetor CAG apresentava uma fisionomia mais curta, enquanto que o GGN apresenta um comprimento maior que o resto da população, ou seja, estes recetores exibiam uma relação direta com a agressividade (Aluja et al., 2011).

Em Portugal, os estudos sobre a personalidade feitos em estabelecimentos prisionais são escassos, apenas há conhecimento de um estudo desenvolvido neste âmbito, que reporta à prevalência das perturbações de personalidade nas prisões masculinas portuguesas e as respetivas implicações no seu tratamento (Brazão, Motta, Rijo, & Pinto-Gouveia, 2015). Nesta investigação o sistema de classificação/diagnóstico utilizado foi o do DSM-V. Da amostra analisada, 79.9% dos participantes cumpria dos critérios para pelo menos uma das perturbações de personalidade, e apenas 20.1% não apresentava registo de qualquer tipo de patologia associada à personalidade.

Mais especificamente, os resultados mostraram que 51% enquadrava-se no grupo A das Perturbações de Personalidade, 43% no grupo B e 49% no grupo C. A perturbação antissocial da personalidade, registava uma percentagem de 58.2%, sendo a

patologia mais prevalente, seguida da perturbação da personalidade paranóide com 34.7%. A patologia da personalidade menos prevalente é a dependente com apenas 1.7% (Brazão et al., 2015). Esta investigação refere ainda que, até ao momento da mesma, nenhum sistema de avaliação das perturbações de personalidade tinha sido aplicado a populações prisionais portuguesas, o que com este estudo se tornou uma inovação (Brazão et al., 2015).

1.2. Enquadramento Jurídico sobre os crimes em estudo

De acordo com as estatísticas apresentadas pela Direcção Geral de Reinserção e dos Serviços Prisionais (DGRSP) no final do ano civil de 2016, encontravam-se reclusos 11662 indivíduos condenados e 2117 reclusos preventivos detidos nos Estabelecimentos Prisionais Portugueses. De forma mais pormenorizada e referindo apenas os reclusos condenados, é possível verificar, através do relatório disponibilizado pela DGRSP, que no dia 31 de dezembro de 2016 estavam detidos 2893 indivíduos por “crimes contra as pessoas” (24.9% do total de crimes sentenciados), 3236 sujeitos por “crimes contra o património” (27.7%), 1158 por “crimes contra a vida em sociedade” (9.9%), 704 indivíduos por “crimes contra o estado” (6%), 2208 por “crimes relativos a estupefacientes” (18.9%) e 1463 sujeitos condenados por “outros crimes” (12.5%) (DGRSP,2017).

Num relatório mais recente desenvolvido pela DGRSP (1 de março de 2018) é possível perceber que 2070 dos indivíduos detidos se encontravam presos preventivamente (1533 a aguardar julgamento e 537 a aguardar trânsito julgado) representando 15.7% do total da taxa de ocupação e 11153 dos indivíduos detidos estão condenados a pena efetiva (10707 condenados e 446 condenados por dias livres), representando 84.3% da taxa de ocupação total dos EP's. Adicionalmente, é possível constatar que dos 12694 indivíduos detidos na data anteriormente mencionada, 6% são do sexo feminino e 94% são do sexo masculino, e ainda que, 84.2% dos reclusos são de nacionalidade portuguesa e 15.8% são estrangeiros (DGRSP,2018).

Para que se torne compreensível que tipos de crimes estão englobados nas categorias anteriormente referidas (Crimes contra as Pessoas, Crimes contra o Património, Crimes contra a Vida em Sociedade, Crimes Contra o Estado, Crimes

Relativos a Estupefacientes, Outros Crimes), estas serão descritas detalhadamente (Código Penal, 2017).

1.2.1. Crimes Contra as Pessoas

A categoria “Crimes Contra as Pessoas”, em Portugal, abarca as penas de prisão mais altas, englobando penas com períodos de um a vinte e cinco anos. Nesta categoria estão englobados os crimes em que a vítima é outro ser humano. Os bens físicos ou morais que eles ofendem ou ameaçam estão intimamente ligados à vida humana (Código Penal, 2017).

Esta categoria abarca crimes públicos, que segundo a Procuradoria Geral da República, são crimes “*para cujo procedimento basta a sua notícia pelas autoridades judiciárias ou policiais, bem como a denúncia facultativa de qualquer pessoa*” (Procuradoria-Geral Distrital Porto, 2018a); semi-públicos, que segundo a mesma fonte, “*para cujo procedimento é necessária a queixa da pessoa com legitimidade para a exercer (por norma o ofendido ou seu representante legal ou sucessor)*” (Procuradoria-Geral Distrital Porto, 2018b) e particulares, “*cujo procedimento depende da prévia constituição como assistente da pessoa com legitimidade para tal (normalmente o ofendido com a prática do crime, ou seu representante ou sucessor) e da oportuna dedução da acusação particular por essa pessoa*” (Procuradoria-Geral Distrital Porto, 2018c).

Estão inseridos nesta categoria, diversas sub-categorias de crimes nomeadamente, crimes contra a vida, contra a vida intra-uterina, contra a integridade física, contra a liberdade pessoal, contra a liberdade e autodeterminação sexual, contra a honra, contra a reserva da vida privada e contra outros bens jurídicos pessoais. De forma mais simples, os crimes incluídos nesta categoria que apresentam maiores registos de detenções reportam-se a homicídios, ofensas à integridade física, violência doméstica, sequestro/rapto/tomada de reféns, tráfico de pessoas, violação e abuso sexual de crianças/de menores dependentes. Estes crimes são os que apresentam maiores registos de detenções em Portugal (Código Penal, 2017; DGRSP, 2017).

1.2.2. Crimes contra o Património

Primordialmente, é necessário definir o conceito de património, tendo em vista a complexidade do seu entendimento em contexto jurídico. É entendido como património de um ser humano, todos os bens, o poderio económico, a universalidade de direitos que

tenham expressão económica para a pessoa. Em geral, o património é tido como uma universalidade de direitos (Código Penal, 2017).

Os crimes inseridos nesta categoria podem ser punidos por lei até quinze anos de pena efetiva de prisão. Abarca crimes públicos, semi-públicos e particulares, sendo que o bem jurídico que se visa proteger, de uma forma geral, é a propriedade privada (Código Penal, 2017).

Estão inseridas diversas sub-categorias de crimes nomeadamente, crimes contra a propriedade, contra o património em geral, contra os direitos patrimoniais e contra o sector público ou cooperativo agravados pela qualidade do agente. De forma mais simples, os crimes incluídos nesta categoria que apresentam maiores registos de detenções reportam a furto simples e qualificados, roubos e a burlas simples e qualificadas (Código Penal, 2017).

1.2.3. Crimes Contra a Vida em Sociedade

Os crimes contra a vida em sociedade, tal como o nome indica, são crimes que afetam uma pluralidade de pessoas em que os bens jurídicos protegidos pelas normas penais, dizem respeito à sociedade em geral e não ao indivíduo. São crimes que afetam a generalidade das pessoas, a segurança e a credibilidade de uma sociedade. Normalmente quanto à legitimidade do procedimento criminal tendem a ser crimes públicos não dependendo de queixa dos ofendidos (Código Penal, 2017).

Esta categoria apresenta sub-categorias nomeadamente, crimes contra a família, os sentimentos religiosos e o respeito devido aos mortos, crimes de falsificação, crimes de perigo comum, contra a segurança das comunicações e contra a ordem e a tranquilidade públicas. Os crimes inseridos nesta categoria podem ser punidos por lei até quinze anos de pena efetiva de prisão (Código Penal, 2017).

Comummente, a comunidade em geral conhece estes crimes com a denominação de incêndio, incêndio florestal, condução perigosa de veículo rodoviário, condução de veículo rodoviário em estado de embriaguez ou sob a influência de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas, entre outros (Código Penal, 2017).

1.2.4. Crimes Contra o Estado

Os crimes contra o Estado põem em causa a segurança, territorialidade, autonomia e a credibilidade de um país ou território definido. Normalmente são crimes de carácter

público, ou seja, não necessitam de queixa. As penas atribuídas aos indivíduos condenados por crimes inseridos nesta categoria podem variar entre os seis meses e os vinte anos (Código Penal, 2017).

Esta categoria inclui crimes contra a segurança do Estado, contra a autoridade pública, contra a realização da justiça e crimes cometidos no exercício de funções públicas. Por outras palavras, e referenciando apenas os crimes com maiores registos de detenções, os crimes ao abrigo do Código Penal incluídos nesta categoria são resistência e coação sobre funcionário, desobediência, corrupção e peculato (Código Penal, 2017).

1.2.5. Crimes Pertencentes à Legislação Complementar

A legislação complementar surge, tal como o nome indica, como um complemento ao Código Penal Português. Nesta secção estão inseridos temas que, ao longo do tempo e mediante a relevância, o governo discutiu em Assembleia da República, com o intuito de decretar quais os valores e/ou períodos de tempo que seriam aceitáveis e, consequentemente, não condenáveis.

Nos crimes nesta secção englobados são de destacar, para o presente estudo, três decretos-lei. Nomeadamente, o de consumo ou tráfico de estupefaciente e substâncias psicotrópicas, o de condução sem habilitação legal e a detenção de arma proibida e suas munições.

De forma detalhada, a categoria “Consumo ou Tráfico de Estupefacientes e de Substâncias Psicotrópicas”, está inserida no Decreto-Lei n.º 15/93, de 22/01 e na Lei n.º 30/2000 de 29 de novembro, e inclui crimes puníveis com penas de prisão de 1 a 15 anos ou com multas. Nesta categoria estão incorporados crimes de tráfico e outras atividades ilícitas, tráfico de quantidades diminutas/de menor quantidade, traficante-consumidor (aquele que tiver como finalidade conseguir plantas, substâncias ou preparações para uso pessoal), abuso no exercício da profissão, associações criminosas e incitamento ao uso destas substâncias (Código Penal, 2017).

A categoria “Condução sem Habilitação Legal” é descrito no Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de Fevereiro, que indica que quem conduzir um veículo a motor na via pública ou equiparada, sem ter devidas qualificações para o fazer, é punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias. Caso o indivíduo esteja a conduzir um motociclo ou um automóvel, a pena de prisão pode ir até 2 anos ou multa até 240 dias.

Por último, a categoria “Detenção de Arma Proibida e suas Munições” é pormenorizada na Lei n.º 5/2006 (de 23/02), que indica que quem, sem se encontrar devidamente autorizado, detiver, transportar, importar, transferir, guardar, adquirir a qualquer título ou por qualquer meio ou, ainda, obtiver por fabrico, transformação, importação ou exportação: armas de fogo, equipamentos militares, armas biológicas, químicas ou radioativas, artigos de pirotecnia. Este crime é punível com multas ou penas de prisão entre 1 a 8 anos (Código Penal, 2017).

1.3. Objetivo e Hipóteses

Este estudo tem como principal contributo, para a investigação na área da Psicologia em contexto prisional/criminal, perceber de forma integradora e psicobiológica, a personalidade de perpetradores de crimes, em Portugal.

Neste sentido, o objetivo principal do presente estudo passa pela avaliação das características de personalidade dos reclusos perpetradores de crimes detidos em diferentes Estabelecimentos Prisionais do Distrito Judicial do Porto. O que leva à formulação da questão de investigação: “*Quais as características de personalidade predominantes em reclusos em função do tipo de crime perpetrado?*”. Por outras palavras, o foco central deste estudo passa por avaliar a personalidade dos indivíduos que apresentam um comportamento criminal, sendo expectável, devido à literatura, que em função do crime perpetrado, os indivíduos evidenciam características de personalidade distintas.

O Modelo Psicobiológico da personalidade desenvolvido por Cloninger é o modelo mais atual relativo à personalidade, sendo aplicado a diversos contextos (rendimento académico, por exemplo), mas muito pouco em populações prisionais. Desta forma, este estudo permite combater a escassez de investigações sobre a personalidade nesta população em específico.

Através da questão de investigação supra citada, é possível formular hipóteses de investigação, nomeadamente:

Hipótese 0: As características de personalidade não se diferenciam de acordo com o crime perpetrado.

Hipótese 1: As características de personalidade diferenciam-se de acordo com o tipo de crime praticado pelo indivíduo.

2. Metodologia

Segundo a tipologia de Montero e León (2007), esta investigação é um estudo *ex post facto retrospectivo*, visto que se estuda/seleciona a variável dependente (tipo de crime) e só posteriormente se analisa a variável independente (características de personalidade). Ou seja, inicialmente foram selecionados indivíduos perpetradores de crime, detidos em estabelecimentos prisionais da região norte, e só depois se estudaram as características de personalidade, segundo o Modelo Psicobiológico de Cloninger.

2.1 Participantes

A técnica utilizada para a seleção da amostra é do tipo não probabilístico, por conveniência. O acesso a uma listagem com todos os indivíduos perpetradores de crimes detidos em território nacional e conseqüentemente a possibilidade de estar presencialmente com cada um destes sujeitos é, na prática, difícil de concretizar. Por esse mesmo motivo, foi necessário seleccionar EP's onde a recolha seria concretizável e posteriormente, seleccionar indivíduos dessa população prisional que reunissem os critérios necessários para poder integrar a amostra. Mais especificamente, os critérios para participar neste estudo:

- Critérios de Inclusão:

1) Estar detido num Estabelecimento Prisional (EP) em território nacional.

-Critérios de Exclusão:

1) Ser do sexo feminino;

2) Estar detido num Estabelecimento Prisional que não pertença ao Distrito Judicial do Porto;

3) Não saber ler e/ou escrever;

4) Ter registo de atividade delirante.

No presente estudo, participaram 278 indivíduos do sexo masculino, com idades compreendidas entre 18 e 70 anos de idade ($M=36.41$; $DP=10.05$). Nos sujeitos inquiridos, 73.4% encontravam-se a cumprir pena efetiva de prisão (condenados), 2.5% dos sujeitos estavam detidos preventivamente a cumprir medidas cautelares, e 24.1% dos inquiridos não referem a sua situação jurídico-penal. Os indivíduos inquiridos encontram-se reclusos em estabelecimentos prisionais pertencentes ao Distrito Judicial do Porto, nomeadamente, em Santa Cruz do Bispo Masculino (SCBM), Paços de Ferreira (PF), Porto e Vale do Sousa (VS). De forma mais detalhada, 47 sujeitos estavam detidos no EPPF (representando 16.9% da amostra total), 85 no EPVS (retratando 30.6% da amostra total), 86 no EP Porto (reproduzindo 30.9% da amostra total) e 60 no EPSCBM (descrevendo 21.6% da amostra total).

A maioria dos reclusos é solteiro ($n=146$), existindo apenas uma pequena percentagem de “viúvos” ($n=5$) e apenas um indivíduo separado de facto (ver tabela 2). Adicionalmente, a análise relativa às habilitações literárias dos reclusos apesar de condicionada, revela que a grande maioria dos indivíduos tem habilitações literárias inferiores ao 9º ano de escolaridade (ou seja, têm o “Ensino Básico”) (ver tabela 1).

Posteriormente é possível constatar na tabela 2, a frequência de cada tipologia/categoria de crime da população reclusa inquirida do Distrito Judicial do Porto. Estas frequências resultam da associação indivíduo-categoria de crime, podendo dever-se a uma condenação única (ou seja, o indivíduo só está condenado por um ou mais crimes pertencentes a uma única categoria) ou então, caso o indivíduo esteja a cumprir uma sentença cumulativa (condenado por diferentes crimes – pertencentes a diferentes categorias - mas numa pena única). Assim sendo, é verificável na tabela 2 que a categoria com maior frequência é “Crimes contra o Património” com 52 reclusos, seguido de “Crimes contra Pessoas” (com 36 indivíduos), que antecede a categoria “Crimes Relativos a Estupefacientes” com 40 inquiridos.

Tabela 1

Caraterização da Amostra (Estado Civil, Habilitações Literárias e Situação Jurídico-Penal)

	Frequência	Percentagem (%)
Nacionalidade		
Portuguesa	211	75.9
Espanhola	1	.4
Moçambicana	1	.4
Cabo-Verdiana	1	.4
Brasileira	1	.7
Venezuelana	2	.7
Ausente	60	21.6
Situação Jurídico-Penal		
Preventivo	7	2.5
Condenado	204	73.4
Ausente	67	24.1
Estado Civil		
Solteiro	146	52.5
Casado	50	18
União de Facto	38	13.7
Viúvo	5	1.8
Divorciado	31	11.2
Separado de Facto	1	.4
Ausente	7	2.5
Habilitações Literárias		
Sabe ler e escrever	2	.7
1ºCiclo	35	12.6
2ºCiclo	104	37.4
3ºCiclo	96	34.5
Ensino Secundário	24	8.6
Ensino Superior	5	1.4
Ausente	12	4.3

Tabela 2
Descrição de Frequências por Tipologia de Crime

Categoria de Crime	Frequência	Porcentagem
Crimes Contra Pessoas	36	12.9
Crimes contra o Património	52	18.7
Crimes contra a Vida em Sociedade	2	.7
Crimes contra o Estado	1	.4
Crime por Condução Sem Habilitação Legal	3	1.1
Crimes Relativos a Estupefacientes	40	14.4
Crimes por Detenção Arma Proibida	1	.4
Crimes: Pessoas + Património	16	5.8
Crimes: Património + Condução sem Habilitação Legal	3	1.1
Crimes: Património + Detenção Arma Proibida	4	1.4
Crimes: Património + Vida em Sociedade	7	2.5
Crimes: Estupefacientes + Detenção Arma Proibida	5	1.8
Crimes: Estado + Estupefacientes	1	.4
Crimes: Vida em Sociedade + Estupefacientes	1	.4
Crimes: Pessoas + Estupefacientes	1	.4
Crimes: Património + Estado	2	.7
Crimes: Pessoas + Estado	3	1.1
Crimes: Património + Estupefacientes	4	1.4
Crimes: Pessoas + Arma Proibida	4	1.4
Crimes: Condução sem Habilitação Legal + Estupefacientes	4	1.4
Crimes: Pessoas + Condução sem Habilitação Legal	2	.7
Crimes: Património + Condução sem Habilitação Legal + Arma Proibida	4	1.4
Crimes: Pessoas + Património + Arma Proibida	1	.4
Crimes: Património + Vida em Sociedade + Condução sem Habilitação Legal	3	1.1
Crimes: Património + Estupefacientes + Arma Proibida	2	.7
Crimes: Pessoas + Património + Estado + Estupefacientes	1	.4
Crimes: Pessoas + Património + Estupefacientes + Arma Proibida	1	.4
Crimes: Pessoas + Património + Estado + Condução sem Habilitação Legal + Arma Proibida	1	.4
Crimes: Pessoas + Estado + Condução sem Habilitação Legal + Estupefacientes + Arma Proibida	1	.4
Crimes: Pessoas + Património + Vida em Sociedade	1	.4
Total	207	74.5
Omissos	71	25.5
Total	278	100.0

2.2. Instrumentos

1) Questionário Sociodemográfico e Informações Jurídico-Penais

Os dados sociodemográficos (idade, escolaridade, estado civil, profissão, nível socioeconómico) e as informações jurídico-penais (tipo(s) de crime perpetrado(s), história criminal, duração da pena, tempo de pena já cumprido, história de consumos) foram recolhidos mediante um questionário próprio (adaptado de Matos, 2006), que irá ser preenchido a partir da consulta dos processos individuais dos reclusos, existentes nas secretarias de cada Estabelecimento Prisional.

2) Inventário de Temperamento e Carácter – Revisto (TCI-R)

O Inventário de Temperamento e Carácter – Revisto (TCI-R), foi desenvolvido por Cloninger em 1999, com o objetivo de melhorar o inventário desenvolvido pelo mesmo em 1993. Este teste avalia os domínios de Temperamento (Procura de Novidade, Evitamento do Perigo, Dependência da recompensa e Persistência) e Carácter (Determinação, Cooperação e Persistência). Esta revisão veio ajudar a desenvolver e a aperfeiçoar um dos domínios do Temperamento, a Persistência (Hansenne, 2003).

Este questionário contém 240 afirmações que o sujeito deve responder segundo uma escala ordinal de cinco níveis: 1 (Completamente Falso) se a afirmação for definitivamente falsa ou se discordar completamente dela; 2 (Maioritariamente Falso) se a afirmação for, na maior parte das vezes, falsa ou se discordar dela; 3 (Nem Verdadeiro nem Falso) se a afirmação for igualmente verdadeira e falsa, se o sujeito não se decidir, ou ainda, se a sua posição perante o que foi dito for completamente neutra; 4 (Maioritariamente Verdadeiro) se a afirmação for na maior parte das vezes verdadeira ou se concorda com ela ou 5 (Verdadeiro) se a afirmação for definitivamente verdadeira, ou se concorda fortemente com ela. Das 240 questões, 51 itens (incluindo os 5 itens de validação) são novos, e as restantes 189 questões são retiradas do TCI (primeira versão do instrumento) (Hansenne, 2003). Mais detalhadamente, para avaliar o Temperamento existem 133 questões (35 para a dimensão “Procura de Novidade”, 33 para “Evitamento de Perigo”, 30 para “Dependência de Recompensa” e 35 para Persistência) e 102 questões para avaliar o Carácter (40 para a dimensão “Autodiretividade”, 36 para “Cooperação” e 26 para “Autotranscendência”).

A adaptação para a população portuguesa do instrumento TCI-R (desenvolvido por Moreira et al., 2017) apresenta uma estrutura fatorial consistente com a versão americana. Mais detalhadamente, as características psicométricas da versão portuguesa revelam altos níveis de consistência em todas as dimensões com valores superiores a 90% relativamente à versão original, exceto nas subdimensões NS1 e SD4. “*Para as dimensões do Temperamento, os coeficientes de congruência são .97 para HA, .98 para PS, .98 para RD e .88 para NS. (...) Para o Caráter (...) os coeficientes são .99 para CO, .96 para SD, e .97 para ST*” (Moreira et al., 2017, p.1184). A consistência interna do instrumento foi avaliada através do teste *Ómega de McDonald’s*, obtendo resultados que variam entre .78 (NS) a .88 (HA e CO) nas dimensões e .47 (CO3 - utilidade) para .88 (CO4 - compaixão), nas subdimensões. Estes dados confirmam que a versão portuguesa do instrumento TCI-R é adequada à população portuguesa (Moreira et al., 2017).

2.3. Procedimentos

2.3.1. Procedimentos de Recolha da Amostra

Para dar início a todo o processo e tornar este estudo viável, foi necessário solicitar autorização à Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), com o objetivo de obter uma aprovação para o projeto ser implementado. Neste sentido, foi elaborado um documento descritivo e detalhado de um projeto de investigação mais alargado, onde especificava os instrumentos de avaliação a serem usados. Do projeto alargado apenas dois instrumentos foram utilizados, nesse documento, eram também referidos os EP’s seleccionados, onde se pretendia fazer a recolha.

Após a obtenção da aprovação por parte da DGRSP, estabeleceu-se o primeiro contacto com os Diretores/Adjuntos dos Diretores dos EP’s seleccionados, informando do objetivo e do conteúdo da investigação, tendo sido posteriormente, definidas com estes as datas e os procedimentos a adotar no momento da recolha. Para o presente estudo, devido à escassez de tempo, apenas foram contactados os EP’s de Paços de Ferreira, Vale do Sousa, Porto e Santa Cruz do Bispo Masculino.

Após a realização de uma reunião presencial com o(a) diretor(a) adjunto(a) de cada EP, ficou definido que a recolha seria feita nas instalações das escolas de cada instituição, em grupo (de forma a aumentar o número de reclusos inquiridos), com a

exceção de um dos EP's. Os participantes foram selecionados pelos guardas e/ou professores, de entre aqueles que no ano letivo 2016/2017 se encontravam a frequentar a escola e/ou um curso profissional e/ou Unidades de Formação de Curta Duração. No EP onde não foi possível efetuar-se a recolha nas instalações da escola (por questões de regulamento interno do próprio EP), os reclusos foram selecionados, em colaboração com os técnicos e os guardas prisionais, entre aqueles que se encontravam nas alas. Não obstante, também nestes os instrumentos foram aplicados em grupo.

A recolha foi efetuada mediante dois procedimentos distintos: o contacto direto com os participantes e a consulta dos processos individuais dos reclusos. Assim, no contacto direto com os reclusos, foram explicados os procedimentos e objetivos do estudo, bem como o seu caráter voluntário e confidencial. Foi obtido o consentimento informado (mediante assinatura) e de seguida aplicados os instrumentos para o projeto global, nomeadamente, TCI-R, *World Health Organization Quality of Life – Bref* (WHOQOL-Bref), Inventário de Sintomas Psicológicos (BSI), Versão portuguesa da *Positive and Negative Affect Schedule* (PANAS), Funcionamento Familiar (Score 15) e Ligação à comunidade e figuras significativas. A recolha foi feita em grupo, entre 10 a 20 elementos, na presença da investigadora, com espaço entre os indivíduos de forma a garantir a sinceridade das respostas (não havendo possibilidade para copiar os resultados dos outros colegas), mas também, de forma a garantir a máxima confidencialidade dos dados obtidos. Em seguida, foram consultados os processos individuais dos reclusos, que participaram de forma voluntária no presente estudo para a recolha de informação sociodemográfica, história criminal e relacional e situação legal, existentes na secretaria de cada EP, preenchendo assim o Questionário Sociodemográfico.

Esta recolha foi feita ao longo de diversos meses (Janeiro a Outubro de 2017), ajustando o estudo ao campo de investigação, nunca interferindo com o normal funcionamento das instituições.

2.3.2.Procedimentos Estatísticos

Após a recolha de dados, estes foram introduzidos e processados numa base de dados denominada *Statistical Package for Social Science* (SPSS) versão 23 para o *Windows*. Realizaram-se análises descritivas por forma a caracterizar a população em estudo, discriminando a frequência e a percentagem ao nível da nacionalidade, situação

jurídico-penal, estado civil, habilitações literárias e tipo de crime pelo qual está a cumprir medidas privativas de liberdade.

Seguidamente, recorreu-se à estatística inferencial, usando testes paramétricos, uma vez verificados os pressupostos de amostras independentes, de distribuição normal e de homogeneidade da variância. Desta forma, utilizou-se o teste ANOVA de forma a analisar as diferenças entre os grupos “Crimes contra Pessoas”, “Crimes contra o Património” e “Crimes Relativos a Estupefacientes” nas diferentes dimensões e subdimensões da personalidade. O nível de significância foi estabelecido em 5%, considerando-se valores estatisticamente significativos todos os que se situam neste valor ou abaixo deste ($p \leq .05$).

3. Resultados

O objetivo principal do presente estudo passa por perceber se existem diferenças entre os indivíduos perpetradores de diferentes tipos de crime ao nível das características da personalidade. Estabeleceram-se previamente hipóteses para responder a esta questão de investigação.

É importante referir que as análises inferenciais apenas foram feitas aos três grupos que apresentam maior frequência, ou seja, as três principais categorias de crime previstas no Código Penal.

Em primeiro lugar são apresentados os resultados referentes às diferenças de médias entre as categorias de crime que registaram maiores frequências, ao nível das dimensões da personalidade (Procura de Novidade (NS), Evitamento de Perigo (HA), Dependência de Recompensa (RD) e Persistência (PS), Autodiretividade (SD), Cooperação (CO) e Autotranscendência (ST)).

Em seguida, são reportados os resultados relativos às diferenças de médias entre os três grupos mais frequentes de perpetradores de crimes, ao nível das subdimensões de cada dimensão da personalidade.

3.1. *Diferenças entre Grupos*

Na tabela 4 são apresentadas as diferenças de médias entre os três grupos que apresentam maior frequência (Crimes contra Pessoas, Crimes contra o Património e Crimes Relativos a Estupefacientes) por recurso ao teste ANOVA (análise possível de

realizar uma vez que se verifica o pressuposto principal, nomeadamente, a homogeneidade de variância - $p \geq .05$ – tabela 3) relativamente às dimensões do TCI-R.

Os resultados relevam que existem diferenças estatisticamente significativas entre os três grupos, particularmente na dimensão ST, $F(2,125) = 4.896$, $p = .009$. Quando analisados os resultados dos testes post-hoc de *Scheffe*, apenas se verificaram diferenças estatisticamente significativas entre o grupo “Crimes contra Pessoas” e o grupo “Crimes Relativos a Estupefacientes” ($p = .009$), sendo os indivíduos do grupo “Crimes contra Pessoas” aqueles que evidenciam resultados mais elevados.

Tabela 3

Homogeneidade de Variâncias nas Dimensões do TCI-R

Dimensões do TCI-R	<i>p</i>
NS	.889*
HA	.838*
RD	.696*
PS	.729*
SD	.741*
CO	.886*
ST	.078*

*Homogeneidade quando $p \geq .05$

Tabela 4

Diferenças de Médias com teste ANOVA entre as Dimensões do TCI-R nos Três Grupos de Crimes com Maior Frequência

Dimensões do TCI-R	Crimes contra Pessoas (n=36)		Crimes contra o Património (n=52)		Crimes Relativos a Estupefacientes (n=40)		F	p
	M	DP	M	DP	M	DP		
NS	92.85	12.97	96.32	11.23	97.68	11.80	1.652	.196
HA	95.94	12.78	91.76	12.27	89.35	12.82	2.644	.075
RD	97.86	10.69	99.24	12.66	97.42	12.07	.293	.747
PS	132.65	12.70	130.64	14.23	126.50	14.51	1.813	.167
SD	135.65	17.07	138.54	17.69	142.69	16.81	1.612	.204
CO	127.38	17.50	130.87	16.89	129.37	16.40	.454	.636
ST	86.11	16.13	81.70	12.27	76.76	10.72	4.896	.009*

* A correlação é significativa no nível 0.05

A tabela 6 demonstra as diferenças de médias entre os três grupos, referidos anteriormente, através do teste ANOVA (análise possível de realizar uma vez que se verifica o pressuposto principal, nomeadamente, a homogeneidade de variância - $p \geq .05$ – tabela 5) relativamente às subdimensões do TCI-R.

Os resultados relevam que existem diferenças estatisticamente significativas, entre os três grupos, em três subdimensões. Particularmente, nas subdimensões HA3, $F(2,125) = 3.666$, $p = .028$, pertencente ao Temperamento, ST2, $F(2,125) = 9.036$, $p = .000$ e ST3, $F(2,125) = 3.751$, $p = .026$, pertencentes ao Carácter. Nos testes post-hoc de *Scheffe* verificou-se que na subdimensão HA3, o grupo “Crimes contra Pessoas” apresenta valores significativamente mais elevados que o grupo “Crimes Relativos a Estupefacientes” ($p = .029$). Na subdimensão ST2, os testes post-hoc de *Scheffe* mostram que os indivíduos pertencentes ao grupo “Crimes contra Pessoas” apresentam médias significativamente mais altas que o grupo de sujeitos de “Crimes contra Património” ($p = .000$) e que o grupo “Crimes Relativos a Estupefacientes” ($p = .008$). Na subdimensão ST3, os testes post-hoc de *Scheffe* revelam que os detidos por “Crimes contra Pessoas” apresentam valores significativamente mais altos que o grupo “Crimes Relativos a Estupefacientes” ($p = .023$).

Tabela 5

Homogeneidade de Variâncias nas Subdimensões do TCI-R

Dimensões do TCI-R	<i>p</i>	Dimensões do TCI-R	<i>p</i>
NS1	.810*	SD1	.793*
NS2	.765*	SD2	.533*
NS3	.304*	SD3	.438*
NS4	.144*	SD4	.559*
HA1	.872*	SD5	.462*
HA2	.125*	CO1	.486*
HA3	.653*	CO2	.079*
HA4	.415*	CO3	.579*
RD1	.385*	CO4	.988*
RD2	.956*	CO5	.238*
RD3	.964*	ST1	.266*
RD4	.220*	ST2	.999*
PS1	.714*	ST3	.021
PS2	.240*		
PS3	.543*		
PS4	.274*		

*Homogeneidade quando $p \geq .05$

Tabela 6

Diferenças de Médias com teste ANOVA entre as Subdimensões do TCI-R nos Três Grupos de Crimes com Maior Frequência

Subdimensões do TCI-R	Crimes contra Pessoas (n=36)		Crimes contra o Patrimônio (n=52)		Crimes Relativos a Estupefacientes (n=40)		F	p
	M	DP	M	DP	M	DP		
NS1	29.62	4.25	31.31	4.25	31.37	4.86	1.904	.153
NS2	22.49	4.41	22.34	4.66	22.58	3.82	.036	.965
NS3	24.17	5.03	25.69	5.73	26.28	5.79	1.447	.239
NS4	16.56	4.28	16.99	3.73	17.45	3.15	.539	.585
HA1	31.51	4.51	30.72	4.55	30.30	4.47	.699	.499
HA2	21.70	3.97	21.34	3.58	20.28	4.70	1.302	.276
HA3	20.97	5.48	18.99	4.72	17.73	5.61	3.666	.028*
HA4	21.76	3.88	20.70	4.83	21.04	4.30	.615	.542
RD1	29.23	4.28	29.06	4.42	27.38	3.89	2.381	.097
RD2	34.65	5.17	35.36	5.55	34.33	5.15	.463	.630
RD3	17.32	4.24	17.97	4.53	17.74	4.61	.224	.800
RD4	16.66	4.52	16.84	3.55	17.98	3.97	1.302	.276
PS1	31.65	4.57	31.97	4.17	30.44	4.06	1.561	.214
PS2	32.20	3.21	31.89	4.167	31.25	3.82	.624	.537
PS3	38.50	5.63	37.97	5.02	36.97	5.60	.811	.447
PS4	29.97	3.46	28.81	4.27	27.84	4.53	2.489	.087
SD1	27.05	5.16	27.55	5.16	28.86	5.03	1.307	.274
SD2	23.46	3.74	24.23	3.14	25.05	3.40	2.081	.129
SD3	17.93	3.59	18.17	3.34	19.54	3.63	2.467	.089
SD4	29.40	6.60	31.32	6.90	31.74	5.95	1.394	.252
SD5	37.82	4.61	37.26	5.55	37.50	5.32	.121	.886
CO1	29.64	5.21	30.75	4.88	30.55	4.14	.619	.540
CO2	17.46	4.06	18.60	2.57	17.66	3.42	1.535	.219
CO3	27.43	3.24	27.38	3.55	27.27	3.86	.021	.980
CO4	25.38	5.68	25.20	5.66	24.53	5.97	.238	.789
CO5	27.46	5.17	28.94	4.87	29.36	4.1	1.672	.192
ST1	34.20	6.74	34.51	5.34	33.33	5.52	.476	.622
ST2	29.31	5.42	25.75	5.37	24.16	5.39	9.036	.000*
ST3	22.60	7.12	21.44	4.89	19.26	4.24	3.751	.026*

* A correlação é significativa no nível 0.05

4. Análise e Discussão de Resultados

O presente estudo pretende avaliar as diferenças entre as características de personalidade, segundo o Modelo Psicobiológico desenvolvido por Cloninger e as grandes categorias de crimes (de acordo com o Código Penal) pelos quais os indivíduos estão a cumprir medidas privativas de liberdade. Nesse sentido, estabeleceram-se alguns objetivos de forma a dar resposta à questão de investigação (“*Quais as características de personalidade predominantes em reclusos em função do tipo de crime perpetrado?*”), nomeadamente, (1) perceber em que grupos existem diferenças estatisticamente significativas e (2) especificar quais as diferenças que se destacam em cada grupo.

Através dos resultados obtidos é possível dar resposta às hipóteses previamente estabelecidas. A Hipótese 0 é refutada, o que por sua vez indica que a **Hipótese 1: As características de personalidade diferenciam-se de acordo com o tipo de crime** se confirma parcialmente. Por outras palavras, neste estudo verifica-se que só algumas das características de personalidade dos indivíduos se diferenciam mediante o tipo de crime praticado, particularmente na dimensão ST e nas subdimensões HA3, ST2 e ST3.

Analisando a literatura internacional, os estudos desenvolvidos com populações prisionais, vêm demonstrando a existência de uma relação significativa entre as características de personalidade e o tipo de crime pelo qual o indivíduo se encontra a cumprir medidas privativas de liberdade, assim como uma relação estatisticamente significativa entre as características de personalidade e outras variáveis (p.e. consumo de substâncias, perturbações psicológicas, histórias de infância, agressividade, entre outros). No Brasil (De Pádua Serafim et al., 2014), verificou-se uma associação entre as características de personalidade (o instrumento utilizado para avaliar a personalidade foi o TCI) e os crimes de homicídio, nomeadamente as dimensões NS e ST. Na Grécia, Giotakos et al. (2004) utilizaram a versão inicial do modelo do Cloninger (TCI) e concluíram que os dois grupos de agressores sexuais (violadores e abusadores sexuais) revelaram diferenças estatisticamente significativas nas dimensões NS, RD, SD e CO por comparação com a população normal.

Ao comparar o presente estudo com a literatura internacional anteriormente explorada, verifica-se que a versão do instrumento utilizada não é a mesma. Nos estudos realizados nos outros países foi o TCI (primeira versão do instrumento) e na presente investigação utilizou-se a versão revista (entenda-se TCI-R). Apesar dessa particularidade, confirma-se que existem algumas diferenças estatisticamente

significativas entre as características de personalidade dos indivíduos em função do tipo de crime praticado, tal como acontece nas investigações descritas anteriormente.

Através das análises, verifica-se que o grupo “Crimes contra Pessoas” apresenta valores estatisticamente mais elevados do que o grupo “Crimes Relativos a Estupefacientes” na dimensão ST. Esta dimensão está associada à identificação de si mesmo como parte integrante do Universo, associado a um juízo sábio interligado a uma espiritualidade altruísta. Os indivíduos do grupo “Crimes contra Pessoas” relevam dificuldade em manter ocupações laborais e de estabelecer relacionamentos interpessoais, desde muito cedo, o que contribui para o aumento do descontrolo emocional e do isolamento social (Mascoli, 2015). Esta desorganização social agregada a outros fatores precoces (Mascoli, 2015), interfere negativamente na comunicação que estes sujeitos estabelecem com as outras pessoas e torna-os mais suscetíveis a questões abstratas, associadas a algo que transcende o ser humano. Esta ligação excessiva à espiritualidade pode ser justificada com a sua dificuldade de integração na sociedade (Cloninger, 1994), levando a comportamentos abusivos, agressivos e antissociais (Mascoli, 2015).

Numa análise mais detalhada de cada subdimensão da personalidade, constatou-se que os sujeitos privados da liberdade por “Crimes contra Pessoas” apresentam níveis mais elevados de HA3 (Timidez) do que os indivíduos detidos por “Crimes Relativos a Estupefacientes”. Isto significa que os indivíduos do primeiro grupo são sujeitos com bastante dificuldade de se impor socialmente, demonstrando timidez e vergonha em situações sociais. O evitamento é predominante nestes indivíduos, quer em situações com pessoas que conhecem, quer no que respeita a estabelecer novos relacionamentos interpessoais (Kose, 2003). A capacidade de comunicação encontra-se pouco desenvolvida nos indivíduos detidos por “Crimes contra Pessoas”, devido à sua timidez e reserva na relação com os outros.

Em contrapartida, esta competência está mais desenvolvida nos indivíduos detidos pela venda/consumo de substâncias psicotrópicas, o que facilita no estabelecimento de novos relacionamentos interpessoais, gerando uma maior rede de contactos. Esta rede de contactos composta por elementos da comunidade, família e pelos pares tornam-se pontos essenciais para a construção e, conseqüentemente sucesso, de uma carreira no ramo do tráfico (Lima, 2013). Apesar destes indivíduos apresentarem uma maior propensão para estabelecer novas conexões, isto não significa que a sua estrutura familiar ou que os seus relacionamentos interpessoais sejam fortes e

coesos. Aliás, Steinman (2003) afirma que quanto mais baixos os níveis de conexão/envolvimento familiar, maior a probabilidade de desenvolver comportamentos de risco e conseqüentemente de vender drogas. *“Os jovens que não têm uma relação calorosa e de apoio com os pais podem ser mais propensos a procurar tais conexões entre seus pares e este processo de afiliação seletiva pode ser especialmente importante na formação de grupos de pares consumidores de drogas”* (Steinman, 2003, p.71.e6).

Constatou-se ainda que existem diferenças ao nível das subdimensões ST2 e ST3, o que se mostra congruente com os dados anteriormente apresentados (diferenças ao nível da dimensão ST).

Os indivíduos detidos por “Crimes contra Pessoas” apresentam médias mais elevadas que os pertencentes aos grupos “Crimes contra o Património” e que “Crimes Relativos a Estupefacientes” na subescala ST2 (Identificação Transpessoal). Isto releva que os indivíduos do primeiro grupo apresentam um vínculo forte com a natureza e o universo, estando dispostos a fazer sacrifícios reais para “tornar o mundo num lugar melhor”, e ainda, são visto pelos outros elementos da sociedade como seres idealistas e sonhadores (Cloninger et al., 1993; Kose, 2003). As suas relações disfuncionais associadas à fragilidade dos vínculos afetivos podem dar origem aos seus atos agressivos e abusivos para com os outros (Mascoli, 2015).

Contrariamente ao que acontece com os indivíduos detidos por “Crimes Relativos a Estupefacientes” que raramente possuem *“ligações fortes com a natureza ou até mesmo com as outras pessoas”* (Kose, 2003, p.94). Os indivíduos do grupo “Crimes Relativos a Estupefacientes” adotam uma postura individualista, não assumindo a responsabilidade pelo que acontece à sua volta e raramente estão dispostos a tornar o mundo “num lugar melhor”, a não ser que consigam obter alguma vantagem objetiva para eles próprios (Cloninger et al., 1993; Kose, 2003). Ao fazer uma analogia com o que acontece no dia-a-dia, estes indivíduos alegam não ter culpa se os compradores ficam viciados e/ou com dívidas para sustentar o vício, realçando o prazer que o consumidor sente no momento do consumo (Lima, 2013). Consideram a sua atividade como um trabalho (comparando-o muitas vezes a um emprego lícito), onde adquirem todo o seu rendimento pessoal ou rendimentos destinados a extravagâncias e pequenos luxos (Lima, 2013).

Por último, na subdimensão ST3 (Aceitação Espiritual), o grupo “Crimes contra Pessoas” apresenta médias mais altas que o grupo “Crimes Relativos a Estupefacientes”. Estes resultados indicam que os sujeitos detidos por crimes em que a vítima é outro ser

humano, tendem a acreditar em milagres, experiências extra-sensoriais e outros fenómenos e influências espirituais (como telepatia e sexto sentido). Lidam com o sofrimento e a morte através de Deus, movendo-se através da fé (Cloninger et al., 1993; Kose, 2003). Estes indivíduos tendem a procurar o perdão ou justificam os seus atos, a algo que lhes transcende, contrariamente ao grupo “Crimes Relativos a Estupefacientes”. Este último grupo não manifesta ligação com aquilo que lhes transcende, com a espiritualidade. Têm dificuldade em aceitar e cumprir punições que consideram injustas. Ao transpor para a prática, estes indivíduos consideram-se a “arraia-miúda” que vende (ou seja, não estão no topo da hierarquia) realçando que existem elementos que desempenham cargos mais elevados e que não costumam ser detidos (Lima, 2013). Muitos dos sujeitos consideram injusta e inadequada qualquer punição que lhes seja atribuída, uma vez que não reconhecem o caráter negativo e a gravidade da venda de drogas (Lima, 2013).

Ao analisar os resultados de uma forma mais ampla, enquadrando-os nas duas componentes principais da personalidade (temperamento e caráter) é possível depreender que os indivíduos do grupo “Crimes contra Pessoas” apresentam predisposições emocionais e intenções daquilo que querem ser, diferentes dos sujeitos do grupo “Crimes relativos a Estupefacientes”. Por outras palavras, o grupo de reclusos condenados por “Crimes contra Pessoas” evidenciam diferenças individuais, ao nível dos valores e dos objetivos, baseando-se em conceções e intuições mais transcendentais e de espiritualidade, do que o grupo “Crimes relativos a Estupefacientes”. Percebe-se que os indivíduos detidos por “Crimes contra Pessoas” revelam médias estatisticamente mais elevadas numa componente da personalidade, a Timidez, que pode ser considerada como uma resposta emocional básica que se manifesta ao longo da vida. Esta predisposição herdada (Timidez) condiciona a componente social do indivíduo, causando um défice na comunicação e nos relacionamentos interpessoais. Este défice ao manifestar-se e conseqüentemente ao acentuar-se ao longo do seu percurso de vida interfere na forma como o sujeito interage com os restantes elementos da espécie humana. Uma vez, condicionados os relacionamentos e a aprendizagem que retira dos mesmos, as dimensões do caráter diferenciam-se. Quanto menor é a integração destes indivíduos na sociedade, mais elevada é a ligação à espiritualidade e aquilo que transcende o ser humano, acentua-se com a idade e a maturidade. Com isto, constata-se que a dimensão biológica (Timidez – HA3) juntamente com questões associadas à

intenção daquilo que o indivíduo quer ser e a compreensão que faz do outro (ST, ST2 e ST3), levam a crimes com comportamentos mais abusivos, gravosos e antisociais, em que a vítima é outro ser humano.

Em suma, estes resultados não demonstram grandes diferenças entre os indivíduos dos diferentes grupos (segundo o Código Penal) como era expectável, havendo uma consistência na maioria das respostas, apenas se diferenciando em HA3, ST, ST2 e ST3. Apesar dos resultados não irem de acordo com o que era esperado, com este estudo não se pretendia tirar conclusões generalistas e/ou criar perfis de personalidade (estudo analítico), mas sim descrever as características de personalidade predominantes dos indivíduos inquiridos (estudo descritivo).

5. Limitações

Os resultados encontrados neste estudo permitem algumas apreciações relevantes e com implicações significativas ao nível da investigação. Apesar da presente investigação se revelar um contributo importante para a compreensão da personalidade dos reclusos portugueses, este estudo revela algumas limitações. O número de questionários aplicados a cada recluso condicionou a sua participação no projeto, uma vez que após o indivíduo perceber a quantidade de questões a que teria de responder, muitos dos reclusos acabaram por desistir de participar. Aqueles que avançaram para o processo de resposta, acusaram ao final de algum tempo, cansaço e saturação pela densidade de perguntas. A desconfiança permanente por parte desta população tornou-se uma grande limitação, visto que alguns reclusos acreditavam que os resultados obtidos nos instrumentos poderiam ter algum tipo de influência no seu percurso prisional (p.e.: receio de perder as saídas precárias, medo de castigos,...), levando a que ponderassem e avaliassem qual a resposta mais adequada para cada questão. As características da amostra (maioria dos reclusos a frequentar as escolas dos EP's) podem ser vistas como uma condicionante do estudo, visto que estes indivíduos representam uma pequena parte desta população e que de alguma forma já estão em processo de mudança e crescimento pessoal. Por último, o procedimento adotado no momento da recolha (em grupo) pode igualmente ser visto como uma limitação, uma vez que pode haver influência dos pares (p.e. partilha de respostas, comentários sobre as questões, receio que o colega visse a resposta,..).

6. Conclusão

A literatura, ao longo dos tempos, tem revelado que a personalidade é um bom preditor de vários tipos de comportamentos, do normativo ao patológico (Bazi, 2003).

A descodificação do comportamento desviante passa pela compreensão da personalidade, como um resultado dinâmico que emerge da combinação de uma multiplicidade de fatores biológicos, sociais e psicológicos, evitando assim uma análise incompleta deste fenómeno (Agulhas, & Anciães, 2015). Para aprofundar os conhecimentos sobre os indivíduos com este tipo de comportamentos, é necessário aprofundar a sua personalidade criminal (Manita, 1997). Nesse sentido, o modelo mais integrador e completo, e conseqüentemente, mais atual para explicar/explorar este fenómeno, é o Modelo Psicobiológico da Personalidade desenvolvido por Robert Cloninger.

Diversos autores desenvolveram estudos com a população reclusa utilizando o mesmo modelo noutros países, mas nenhuma das investigações faz uma comparação descritiva das características de personalidade de indivíduos perpetradores de crimes diferentes. Assim, o presente estudo recorre a um método descritivo com o intuito de perceber quais as características de personalidade predominantes nos indivíduos detidos no sistema prisional no Distrito Judicial do Porto (sujeitos com condutas de comportamento desviante). Os resultados não demonstram grandes diferenças entre os indivíduos dos diferentes grupos como era expectável, apenas se diferenciando em HA3, ST, ST2 e ST3.

Os resultados revelam que o grupo “Crimes contra Pessoas” apresenta médias estatisticamente mais elevadas do que os grupos “Crimes contra o Património” e “Crimes Relativos e Estupefacientes”. Integrando e interpretando estes resultados, através do modelo de descrição da personalidade mais atual, percebe-se que os sujeitos detidos por crimes em que a vítima é outro ser humano, apresentam uma predisposição biológica (componente herdada) para manifestar timidez (HA3) e vergonha em situações sociais. A capacidade de comunicação é pouco desenvolvida, o que leva a que estes sujeitos evitem estabelecer novos relacionamentos interpessoais (Kose, 2003). Esta predisposição associada a fatores de contextos e de influência social contribuem para o aumento do descontrolo emocional e do isolamento social (Mascoli, 2015). A

desorganização social, associada a fatores biológicos e a fatores de risco (p.e. história de infância adversa), origina a que os indivíduos se tornem mais suscetíveis a questões abstratas, associadas a algo que lhes transcende (ST, ST2 e ST3). Por outras palavras, a predisposição biológica para a timidez e a fragilidade dos vínculos afetivos (relações disfuncionais) associadas à forte ligação com o universo e as influências espirituais, contribuem para a manifestação de comportamentos agressivos e abusivos para com os outros (Mascoli, 2015).

Em futuras investigações, sugere-se que considerem as limitações do presente estudo e tomem precauções relativamente às mesmas. Inquirir uma amostra com uma maior diversidade de tipologia de crime, pode levar a conclusões mais concretas sobre a temática, inclusive pode ajudar na elaboração de um perfil sobre a população dos perpetradores de cada crime. Considerar não só o crime pelo qual está a cumprir medidas privativas de liberdade, à data da investigação, mas também considerar os crimes que pertencem aos seus antecedentes criminais, pode levar a uma maior riqueza dos dados, podendo ter um impacto direto na intervenção em contexto prisional. Propõe-se ainda um estudo comparativo entre a população dita normal (ou seja, que não apresenta antecedentes criminais) com a população reclusa, podendo assim auxiliar na implementação de novas medidas a adotar pelo Sistema Prisional e todos os seus funcionários, com o intuito de promover um plano mais promissor na (re)adaptação e (re)integração destes sujeitos na sociedade.

Referências Bibliográficas

- Agulhas, R., & Anciães, A. (2015). *Casos Práticos em Psicologia Forense – Enquadramento Legal e Avaliação Pericial* (2ªed). Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Allnutt, S., Wedgwood, L., Wilhelm, K., & Butler, T. (2008). Temperament, substance use and psychopathology in a prisoner population: implications for treatment. *The Royal Australian and New Zealand College of Psychiatrists*, 42, 969-975. doi: <https://doi.org/10.1080/00048670802415350>
- Aluja, A., Garcia, L. F., Blanch, A., & Fibla, J. (2011). Association of androgen receptor gene, CAG and GGN repeat length polymorphism and impulsive-disinhibited personality traits in inmates: the role of short-long haplotype. *Wolters Kluwer Health*, 0 (0), 1-11. doi: 10.1097/YPG.0b013e328345465e.
- Andrews, D.A., & Bonta, J. (1994). *The Psychology of Criminal Conduct*. Nova Iorque:LexisNexis
- Bazi, G. A. P. (2003). *As dificuldades de aprendizagem na escrita e suas relações com traços de personalidade e emoções*. (Dissertação de Doutorado Não Publicada). Universidade Estadual de Campinas.
- Ben-David, S. (1991). Personality Traits in White-Collar Offenders. *Medicine and Law*, 19, 527-536.
- Brazão, N., Motta, C., Rijo, D., & Pinto-Gouveia, J. (2015). The prevalence of personality disorders in portuguese male prison inmates: implications for penitentiary treatment. *Análise Psicológica*, 3 (33), 279-290. doi: <http://dx.doi.org/10.14417/ap.975>.
- Brinded, P. M. J., Simpson, A. I. F., Laidlaw, T. M., Fairley, N., & Malcolm, F. (2001). Prevalence of psychiatric disorders in New Zealand prisons: a national study. *Australian and New Zealand Journal of Psychiatry*, 35, 166–173. doi: 10.1046/j.1440-1614.2001.00885.x
- Bulten, E.; Nijman, H., & Van Der Staak, C. (2009). Psychiatric disorders and personality characteristics of prisoners at regular prison wards. *International Journal of Law and Psychiatry*, 32, 115-119. doi: 10.1016/j.ijlp.2009.01.007.
- Cloninger, C. R. (2000). Biology of personality dimensions. *Current Opinion of Psychiatry*, 13, 611-616. doi: 10.1097/00001504-200011000-00024

- Cloninger, C.R., & Svrakic, D.M. (2016). Personality Disorders, In S.H. Fatemi & P.J. Clayton (Eds.). *The Medical Basis of Psychiatry* (pp. 537-550). New York: Springer
- Cloninger, C.R. (1987). A systematic method for clinical description and classification of personality variants. *Archives of General Psychiatry*, *44*, 573-588.
- Cloninger, C.R. (1994). Temperament and Personality. *Current Opinion in Neurobiology*, *4*, 266-273. doi: [https://doi.org/10.1016/0959-4388\(94\)90083-3](https://doi.org/10.1016/0959-4388(94)90083-3)
- Cloninger, C.R., Svrakic, N.M., & Svrakic, D.M. (1997). Role of personality self-organization in development of mental order and disorder. *Development and Psychopathology*, *9*, 881-906. doi: [10.1017/S095457949700148X](https://doi.org/10.1017/S095457949700148X)
- Cloninger, C.R.; Przybeck, T.R., & Svrakic, D.M. (1991). The tridimensional personality questionnaire: US normative data. *Psychological Reports*, *69*, 1047-1057. doi: [10.2466/pr0.1991.69.3.1047](https://doi.org/10.2466/pr0.1991.69.3.1047)
- Cloninger, C.R.; Svrakic, D.M., & Przybeck, T.R. (1993). A Psychobiological Model of Temperament and Character. *Archives of General Psychiatry*, *50*, 975-990.
- Cloninger, S. C. (1999). *Teorias da Personalidade*. São Paulo: Martins Fontes
- Crossman, A.R., & Neary, D. (2002). *Neuroanatomia*. Barcelona: Masson.
- Danbolt, N. C. (2001). Glutamate uptake. *Progress in Neurobiology*, *65*, 1-105. doi: [https://doi.org/10.1016/S0301-0082\(00\)00067-8](https://doi.org/10.1016/S0301-0082(00)00067-8)
- De Pádua Serafim, A.P., Barros, D. M., Castellana, G.B., & Gorenstein, C. (2014). Personality traits and violent behavior: A comparison between psychopathic and non-psychopathic male murderers. *Psychiatry Research*, *219*, 604-608. doi: [10.1016/j.psychres.2014.06.026](https://doi.org/10.1016/j.psychres.2014.06.026).
- Egeressy, A.; Butler, T., & Hunter, M. (2009). Traumatisers or traumatized: Trauma experiences and personality characteristics of Australian prisoners. *International Journal of Prisoner Health*, *5* (4), 212-222. doi: [10.1080/17449200903343209](https://doi.org/10.1080/17449200903343209).
- Frederick, A. L. & Stanwood, G. D. (2009). Drugs, biogenic amine targets and the developing brain. *Developmental Neuroscience*, *31*, p. 7-22. doi: [10.1159/000207490](https://doi.org/10.1159/000207490)
- Fruyt, F.D., Van De Wiele, L., & Van Heeringen, C. (2000). Cloninger's Psychobiological Model of Temperament and Character and The Five-Factor Model of Personality. *Personality and Individual Differences*, *29*, 441-452. doi: [https://doi.org/10.1016/S0191-8869\(99\)00204-4](https://doi.org/10.1016/S0191-8869(99)00204-4)

- Gardini, S.; Cloninger, C.R., & Venneri, A. (2009). Individual differences in personality traits reflect structural variance in specific brain regions. *Brain Research Bulletin*, 79, 265-270. doi: 10.1016/j.brainresbull.2009.03.005.
- Geiger, T., & Crick, N.R. (2001). A Developmental Psychopathology Perspective on Vulnerability to Personality Disorders. In R.E. Ingram & J.M. Price (Eds.), *Vulnerability to Personality Disorders: Risk across the Lifespan*. London: Guilford Press.
- Giotakos, O., Markianos, M., & Vaidakis, N. (2005). Aggression, impulsivity, and plasma sex hormone levels in a group of rapists, in relation to their history of childhood attention-deficit/ hyperactivity disorder symptoms. *The Journal of Forensic Psychiatry & Psychology*. doi: <https://doi.org/10.1080/14789940412331337371>
- Giotakos, O.; Vaidakis, N.; Markianos, M.; Spandoni, P., & Christodoulou, G. (2004). Temperament and character dimensions of sex offenders in relation to their parental rearing. *Sexual and Relationship Therapy*, 19 (2), 141-150. doi: <https://doi.org/10.1080/14681990410001691352>
- Gleitman, H., Fridlund, A.J., & Reisberg, D. (2011). *Psicologia* (9ª Edição). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gonçalves, R. A. (2008). *Delinquência, Crime e Adaptação à Prisão* (3ª ed.). Coimbra: Quarteto.
- Hall, C.S., Lindzey, G., & Campbell, J.B. (2000). *Teorias da Personalidade*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- Hansenne, M. (2003). *Psicologia da Personalidade*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Jones, S., Lynam, D.R., & Miller, J.D. (2011). Personality, antisocial behavior, and aggression: a meta-analytic review. *Journal of Criminal Justice*, 39, 329-337. doi: <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2011.03.004>
- Kose, S. (2003). Psychobiological Model of Temperament and Character: TCI. *Yeni Symposium*, 41 (2), 86-97.
- Levi, M. D., Nussbaum, D. S., & Rich, J. B. (2010). Neuropsychological and Personality Characteristics of Predatory, Irritable and Nonviolent Offenders. *Criminal Justice and Behaviour*, 37 (6), 633-655. doi: <https://doi.org/10.1177/0093854810362342>

- Lima, J. (2013). *Estudo sobre um Mercado Recreativo de Drogas no Porto* (Dissertação de Mestrado Não Publicada). FDUP: Faculdade de Direito da Universidade do Porto.
- Lombroso, C. (2010). *O Homem Delinquente*. São Paulo: Cone Editora.
- Manita, C. (1997). Personalidade criminal e perigosidade: da perigosidade do sujeito criminoso ao(s) perigo(s) de se tornar objecto duma personalidade criminal. *Revista do Ministério Público*, 55-80.
- Marco, A.; Antón, J.J.; de la Hoya, P.S.; Juan, J.; Faraco, I.; Caylà, J.A.; Trujols, J., & the PERSEO Group. (2015). Personality disorders among Spanish prisoners starting hepatitis C treatment: Prevalence and associated factors. *Psychiatry Research*. doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.psychres.2015.11.016i>
- Marques-Teixeira, J. (2000). *Comportamento Criminal: Perspectiva Biopsicológica*. Linha a Velha: Vale & Vale editores, Lda.
- Mascoli, L.M.C.F. (2015). *O Homicídio Intrafamiliar: Contributos para a Avaliação de Risco* (Dissertação de Doutoramento Não Publicada). UFP: Universidade Fernando Pessoa.
- Mohammad-Zadeh, L. F.; Moses, L., & Gwaltney-Brant, S. M. (2008). Serotonin: a review. *Journal of Veterinary Pharmacology and Therapeutics*, 31, p. 187-199. doi: 10.1111/j.1365-2885.2008.00944.x.
- Montero, I., & León, O.G. (2007). A guide for naming research studies in Psychology. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 7 (3), 847-862.
- Moreira, P.; Cloninger, C.R.; Rocha, M.J.; Oliveira, J.T.; Ferreira, N.; Gonçalves, D.M., & Rózsa, S. (2017). The Psychometrics of the European Portuguese Version of the Temperament and Character Inventory – Revised. *Psychological Reports*, 0 (0), 1–22. doi: 10.1177/0033294117711914
- Nardi, F.L.; Filho, N.H., & Dell’Aglío, D.D. (2016). Preditores do Comportamento Antissocial em Adolescentes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32 (1), 63-70. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-37722016011651063070>
- Nunes, L.M. (2009). Crime – psicopatia, sociopatia e personalidade antissocial. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais* (pp.152-161). Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa
- Nunes, L.M. (2010). *Crime e Comportamentos Criminosos*. Porto: Edições Fernando Pessoa.

- Panton, J.H. (1974). Personality Differences Between Male and Female Prison Inmates Measured by the MMPI. *Criminal Justice and Behavior*, 1 (4), 332-339. doi: <https://doi.org/10.1177/009385487400100404>
- Pocinho, M. (2014). Neurose, Psicose e Funcionamento Boderline: Uma análise a partir da estrutura do aparelho psíquico. *Interações*, 27, 39-46.
- Pousset, M.; Tremblay, R.E., & Falissard, B. (2011). Multivariate dependencies between difficult childhood, temperament and antisocial personality disorder in a population of French male prisoners. *Revue d'Épidémiologie et de Santé Publique*, 59, 169-174. doi: 10.1016/j.respe.2011.01.004.
- Rasmussen, K.; Storsaeter, O., & Levander, S. (1999). Personality Disorders, Psychopathy, and Crime in a Norwegian Prison Population. *International Journal of Law and Psychiatry*, 22 (1), 91-97.
- Rigonatti, S.P.; de Pádua Serafim, A.P.; Caires, M.A.F.; Filho, A.H.G.V., & Arboleda-Florez, J. (2006). Personality disorders in rapists and murders from a maximum security prison of Brasil. . *International Journal of Law and Psychiatry*, 22, 361-369. doi: 10.1016/j.ijlp.2006.01.003
- Roberts, A.; Yang, M.;Zhang, T., & Coid, J.. (2008). Personality disorder, temperament, and childhood adversity: findings from a cohort of prisoners in England and Wales. *The Journal of Forensic Psychiatry & Psychology*, 19 (4), 460-483. doi: <https://doi.org/10.1080/14789940801936597>
- Ruchkin, V.V.; Eisemann, M.; Hägglöf, B., & Cloninger, C.R. (1998). Aggression in delinquent adolescents vs controls in Northern Russia: relations with hereditary and environmental factors. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 8, 115-126. doi: <https://doi.org/10.1002/cbm.230>
- Schultz, D.P., & Schultz, S.E. (2003). *Teorias de la Personalidad (7ªEdição)*. Madrid: Thomson Editores.
- Serra, J. (2006). *Carácter e Temperamento: Similitudes y Diferencias entre los Modelos de Personalidade de 7 y 5 Factores* (Tese de Doutoramento Não Publicado). Universitat de Lleida.
- Seruca, T.C.M. (2013). *Córtex Pré-Frontal, Funções Executivas e Comportamento Criminal*. (Dissertação de Doutoramento Não Publicada). ISPA: Instituto Universitário Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida.

- Steinman, K. (2003). Drug selling among high school students: related risk behaviors and psychosocial characteristics. *Journal of Adolescent Health, 36*, 71.e1-71.e8. doi: 10.1016/j.jadohealth.2003.12.012
- Sutker, P.B. (1971). Personality Differences and Sociopathy in Heroin Addicts and Non Addict Prisoners. *Journal of Abnormal Psychology, 78* (3), 247-251.
- Svrakic, D.M., & Cloninger, C.R. (1991). Further contribution to the conceptual validity of the unified biosocial model of personality: US and Yugoslav data. *Comprehensive Psychiatry, 32*, 195-209. doi: [http://dx.doi.org/10.1016/0010-440X\(91\)90040-J](http://dx.doi.org/10.1016/0010-440X(91)90040-J).
- Svrakic, D.M.; Draganic, S.; Hill, K.; Bayon, C.; Przybeck, T.R., & Cloninger, C.R. (2002). Temperament, character, and personality disorders: etiologic, diagnostic, treatment issues. *Acta Psychiatrica Scandinavica, 106*, 189-195. doi: <https://doi.org/10.1034/j.1600-0447.2002.02196.x>
- Thornquist, M.H., & Zuckerman, M.. (1995). Psychopathy, passive-avoidance learning and basic dimensions of personality. *Personality and Individual Differences, 19* (4), 525- 534. doi: [https://doi.org/10.1016/0191-8869\(95\)00051-7](https://doi.org/10.1016/0191-8869(95)00051-7)
- Zuckerman, M.. (2004). *On the Psychobiology of Personality: Essays in Honor of Marvin Zuckerman*. Cidade: Elsevier.

Bibliografia Complementar

Código Penal – 7ª Edição (2017). Coimbra: Edições Almedina.

DGRSP (2017). *Reclusos condenados existentes em 31 de Dezembro, segundo o sexo, os escalões de idade e a nacionalidade, por crimes*. Retirado em 09 de Novembro de 2017 de <http://www.dgsp.mj.pt/backoffice/uploads/anuais/20170331120313Q09.pdf>

DGRSP (2018). *População Prisional, por tipo de estabelecimento, segundo a situação penal em 15 de fevereiro e 1 de março do 2018*. Retirado em 10 de Março de 2018 de http://www.dgsp.mj.pt/backoffice/uploads/quinzenais/20180302110350sit_pen_15-02_01-03-2018.pdf

Procuradoria-Geral Distrital Porto (2018a). *O que é um crime público?*. Retirado em 20 Fevereiro 2018 de <https://www.pgdporto.pt/proc-web/faq.jsf?ctxId=85&subCtxId=86&faqId=432&show=&offset=>

Procuradoria-Geral Distrital Porto (2018b). *O que é um crime semi-público?*. Retirado em 20 Fevereiro 2018 de <https://www.pgdporto.pt/proc-web/faq.jsf?ctxId=85&subCtxId=86&faqId=433&show=&offset=>

Procuradoria-Geral Distrital Porto (2018c). *O que é um crime particular?*. Retirado em 20 Fevereiro 2018 de <https://www.pgdporto.pt/proc-web/faq.jsf?ctxId=85&subCtxId=86&faqId=434&show=&offset=>